

NA ÚLTIMA

Tentativa

Proteção, ampliação de direitos
e oportunidades na Educação de
Jovens e Adultos

Organizadores

Juliano Gonçalves Pereira
Cíntia Regina de Fátima
Arthur Felizardo Lopes da Silva
Ailse de Cássia Quadros



Organizadores

Juliano Gonçalves Pereira
Cíntia Regina de Fátima
Arthur Felizardo Lopes da Silva
Ailse de Cássia Quadros

NA ÚLTIMA *Tentativa*

**Proteção, ampliação de direitos e
oportunidades na Educação de
Jovens e Adultos**

Volume 4



Montes Claros / MG – Brasil
Editora do IFNMG
2026



EDITOR EXECUTIVO

Gustavo Henrique Silva de Souza

EDITORA EXECUTIVA

Alínice Alves Jardim

EDITOR EXECUTIVO

Edinei Canuto Paiva

BIBLIOTECÁRIO(A) RESPONSÁVEL

Elciax Cristina de Sousa

COORDENAÇÃO GERAL

Ailse de Cássia Quadros

COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Valdeci Ferreira dos Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Francisco Wenderson Pereira de Souza

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Nilande Mendes Barbosa e Costa

Juliano Gonçalves Pereira

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Juliano Gonçalves Pereira

ASSESSORIA DE PESQUISA

Cíntia Regina de Fátima (CEDAPS)

COORDENAÇÕES ADJUNTAS/PESQUISADORES

Tânia Maria Mares Figueiredo (Almenara)

Andréa Flores Oliveira (Araçuaí)

Ursulina Alves (Arinos)

Dayane Mota Santos Lisboa (Diamantina)

Viviane Mangabeira Ormundo (Janaúba)

Francisco Farlei de Carvalho Lisboa (Janaúria)

Jelson Luiz Dick (Pirapora)

Guilherme Tarcisio Leal (Porteirinha)

Lucas Diego Antunes Barbosa (Salinas)

Carlos Alberto Lopes dos Santos de Oliveira (Teófilo Otoni)

REVISÃO E EDITORAÇÃO

Revisão

Ana Rosa Andrade

Diagramação e capa

Alinne Paula da Silva

A presente obra passou por avaliação por pares, aprovada para publicação pelo Conselho Editorial da Editora do IFNMG. A presente obra recebeu financiamento por meio do Edital nº 17/2022, vinculado ao Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Governo Federal.

P967 2026 v. 4	Proteção, ampliação de direitos e oportunidades na Educação de Jovens e Adultos, vol. 4 / Juliano Gonçalves Pereira; Cíntia Regina de Fátima; Arthur Felizardo Lopes da Silva; Ailse de Cássia Quadros; (organizadores). – Montes Claros: IFNMG, 2026. 92 p. – (Coleção Na Última Tentativa; v. 4). e-ISBN: 978-85-67611-43-3 ISBN: 978-85-67611-44-0 Inclui referências. 1. Educação de Jovens e adultos. 2. Direitos humanos. 3. Formação de professores. I. Pereira, Juliano Gonçalves (org.). II. Fátima, Cíntia Regina de (org.). III. Silva, Arthur Felizardo Lopes da (org.). IV. Quadros, Ailse de Cássia (org.). CDD: 374
----------------------	--

Biblioteca Elciax Cristina de Sousa - CRB/6 2065

Índice para Catálogo Sistemático

1. Educação de Jovens e adultos

2026

Realizado depósito legal conforme Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora do IFNMG

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora do IFNMG

Tel.: (38) 3218-7326 – E-mail: editora@ifnmg.edu.br

Conheça a Editora do IFNMG: <https://editora.ifnmg.edu.br/>

CONSELHO CIENTÍFICO

(Portaria Reitora nº 1.317/2026)

Mariana Mapelli Paiva (IFNMG /
Campus Almenara)

Ednilton Moreira Gama (IFNMG /
Campus Almenara)

Eliane Macedo Sobrinho Santos (IFNMG /
Campus Araçuaí)

Lilian Gonçalves de Melo (IFNMG /
Campus Araçuaí)

Ernani Calazans de Oliveira (IFNMG /
Campus Araçuaí)

Alisson Macendo Amaral (IFNMG /
Campus Arinos)

Inácio Barbosa Borges (IFNMG / Campus Arinos)

Pedro Henrique Prado da Silva (IFNMG /
Campus Arinos)

André Silva de Oliveira (IFNMG / Campus Arinos)

Juliana Rocha de Meira Pires (IFNMG /
Campus Diamantina)

Dayse Lúcida Silva Santos (IFNMG /
Campus Diamantina)

Marli Silva Fróes (IFNMG / Campus Diamantina)

Dayse Aparecida Silva Pereira Coutinho (IFNMG /
Campus Janaúba)

Marineide Almeida Rocha (IFNMG /
Campus Janaúba)

Fernanda Kerley Queiroz Vieira (IFNMG /
Campus Janaúba)

Jucielle Macedo Alves (IFNMG / Campus Janaúba)

Josye Gonçalves Ferreira (IFNMG /
Campus Janaúba)

Márcio Adriano Santos (IFNMG/Campus Janaúba)

Claubert Wagner Guimarães de Menezes (IFNMG
/ Campus Janaúria)

Heron Walmor Santos Cruz (IFNMG /
Campus Janaúria)

Maria Rosilene Alves Damasceno (IFNMG/
Campus Janaúria)

José Aparecido Soares Lopes (IFNMG/
Campus Janaúria)

Josué Antunes de Macedo (IFNMG /
Campus Janaúria)

Petrônio Cândido de Lima e Silva (IFNMG /
Campus Janaúria)

Wanderson Pereira Araújo (IFNMG /
Campus Janaúria)

Edson Oliveira Neves (IFNMG / Campus Janaúria)

Roberto Comini Frota (IFNMG / Campus Janaúria)

Eduardo Cabral da Cruz (IFNMG /
Campus Janaúria)

Tattiane Gomes Costa (IFNMG / Campus Janaúria)

Pedro Borges Pimenta Júnior (IFNMG /
Campus Janaúria)

Marcos Aurélio Duarte Carvalho (IFNMG /
Campus Janaúria)

Tadeu Knewitz Zubaran (IFNMG / Campus
Montes Claros)

Carlos Alexandre de Oliveira (IFNMG / Campus
Montes Claros)

Fernanda de Lima Menezes (IFNMG / Campus
Montes Claros)

Patrícia Teixeira Sampaio (IFNMG / Campus
Montes Claros)

Edmara Moreira Cerqueira (IFNMG /
Campus Pirapora)

Breno Alcântara Silva (IFNMG / Campus Pirapora)

Christiano Titoneli Santana (IFNMG /
Campus Pirapora)

Marília Dutra Massad (IFNMG / Campus Salinas)

Tiago Reis Dutra (IFNMG / Campus Salinas)

Tatianne Gizelle Marques Silva (IFNMG /
Campus Salinas)

Alex Sander Luiz Campos (IFNMG /
Campus Salinas)

Américo Fernando de Souza Alves (IFNMG /
Campus Teófilo Otoni)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	9
SEÇÃO 1. DEBATENDO A VIOLÊNCIA NA EJA	11
DIÁLOGO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13
EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE E CONSCIENTIZAÇÃO: ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO DA EJA	22
COMBATE À VIOLÊNCIA MISÓGINA EM DEBATE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	29
PREVENÇÃO AO <i>BULLYING</i> NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	34
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RECONHECENDO E VALORIZANDO A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	40
SEÇÃO 2. DIREITOS HUMANOS EM FOCO NA EJA	49
DIREITO NA ESCOLA É DIREITO DOS ALUNOS	50
PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ESTUDANTES JOVENS ADULTOS NO ENSINO MÉDIO, PARA MATÉRIA DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS	56
LIBERDADE: E AGORA, O QUE EU FAÇO?	61
SEÇÃO 3. A AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE JOVENS E ADULTOS.....	67
DO SONHO AO SUCESSO: GESTÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS	68
OLHAR EMPREENDEDOR: TRANSFORMAÇÃO NA EJA.....	73
PAPO DE CRIA: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UM ENGAJAMENTO SOCIAL	86

PREFÁCIO

Falar sobre a Educação de Jovens e Adultos é falar sobre indivíduos que insistem. Insistem em aprender, em sonhar de novo, em reivindicar um lugar de dignidade e pertencimento na sociedade. Por isso, prefaciá-la como **NA ÚLTIMA TENTATIVA: proteção, ampliação de direitos e oportunidades na Educação de Jovens e Adultos** é reconhecer o valor de cada história que chega à sala de aula e incentivar os docentes a traçarem iniciativas inovadoras na EJA. Esta obra é, de fato, um instrumento pedagógico que não apenas observa a EJA de longe, mas se aproxima, toca o território, escuta as pessoas e constrói com elas.

As experiências aqui reunidas são mais do que relatos acadêmicos: são gestos. Gestos de professores que se recusam a naturalizar as desigualdades, que se comprometem, mesmo diante dos desafios da EJA, e ousam criar. Os temas trabalhados são de extrema relevância: falam sobre os diversos tipos de violência, sobre direitos humanos, sobre ampliação de oportunidades e inclusão socioprodutiva de jovens e adultos e sobre transformar a educação brasileira.

Esta obra deixa claro que a EJA é um espaço de direitos, mesmo que muitos estudantes cheguem até ela como se fosse, sim, sua última tentativa dentro de um sistema que, diversas vezes, lhes negou condições de permanência. É justamente por isso que trabalhos como este são tão importantes: porque devolvem a esse público aquilo que, durante muito tempo, lhes foi tirado — o reconhecimento de que sua trajetória importa.

Ao leitor, deixo um convite: permita-se refletir e se inspirar a partir desta obra. Cada projeto foi pensado cuidadosamente para indivíduos que enfrentaram — e ainda enfrentam — desafios diários. E, a partir da compreensão desses educadores, é possível concluir que ensinar pessoas adultas exige ética, afeto, escuta e compromisso com a transformação social.

Que esta obra inspire ações, fortaleça debates, amplie oportunidades e lembre a todos nós que a educação, quando verdadeiramente humana, nunca chega tarde - ela chega quando alguém decide acreditar novamente.

Profª Samara Marques¹

¹ Professora, escritora e empreendedora. É formada em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e em Pedagogia pela Universidade de Franca. Possui pós-graduação em Docência e Performance na Educação a Distância pela UniAmérica e em Educação Especial pela Faculdade Focus. Atualmente, é estudante de Geografia no Centro Universitário Cidade Verde. Em 2025, teve sua obra “Preta Metida: um guia para meninas e mulheres negras” premiada em edital do Ministério Público de Minas Gerais, em parceria com a Fundação Clóves Salgado. No mesmo ano, atuou com o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no CESEC Profeta Daniel, em Sabinópolis, Minas Gerais, lecionando a disciplina de Geografia. Para além da atuação acadêmica, Samara também é empreendedora e idealizadora da loja online Preta Metida, voltada para o empoderamento e a valorização da estética negra.

APRESENTAÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é determinada pela conjuntura histórica, social, política e cultural, que afeta diretamente as concepções e práticas educacionais destinadas a quem não concluiu a educação básica na idade prevista. Para além da função de reparação histórica, a EJA constitui-se como uma política pública de inclusão social, que amplia as possibilidades de transformação da realidade dos mais desfavorecidos por meio da educação popular e de pedagogias sensíveis, rebeldes e afetuosas.

O “NorteEJA: IFNMG e a EJA Integrada” é a contribuição do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), financiado pelo Edital nº 17/2022, vinculado ao Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Governo Federal. Esse projeto foi elaborado para contribuir com o fortalecimento da EJA no Norte de Minas Gerais e Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

O NorteEJA foi desenvolvido em nove câmpus do IFNMG, precisamente em Almenara, Araçuaí, Diamantina, Janaúba, Januária, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni, alcançando mais de 30 municípios. O projeto abriu mais de 2.000 vagas para formação inicial e continuada para estudantes e professores no norte de Minas Gerais e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, alcançando comunidades urbanas, ribeirinhas, quilombolas e pessoas privadas de liberdade.

O NorteEJA, com sua vasta lista de cursos de formação continuada e considerando as necessidades de cada território, modelou um curso destinado a capacitar professores para atuar na EJA. O curso de Formação Continuada para Atuação na EJA obteve o maior número de interessados e concluintes, exigindo ampliação tanto no número de vagas quanto na oferta, e foi realizado em dois momentos distintos.

Este livro configura-se como um instrumento pedagógico destinado a apoiar e potencializar iniciativas inovadoras na EJA. É resultado da formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos no Norte de Minas Gerais, deixando o processo educacional mais leve, sobretudo para os que apostam na EJA como a última tentativa da educação formal.

A partir das experiências de implementação do NortEJA, o livro reúne experiências que se apresentam como alternativas ousadas capazes de enfrentar os desafios históricos nessa modalidade, que vão desde a definição de estratégias didáticas e metodológicas até as condições de acesso e permanência dos estudantes. Ao mesmo tempo, ressalta a importância da qualificação profissional como central para a mobilidade social dos estudantes. Assim, o material aqui reunido não apenas orienta práticas educativas, mas também se integra a um movimento mais amplo de inquietudes e promoção da inclusão social, ampliação das oportunidades para que professores da EJA não percam o esperar na educação.

Também é importante ressaltar que a modelação deste curso para formar professores para EJA contou com a parceria de várias organizações e instituições sociais, entre as quais se destaca o acordo de trocas metodológicas estabelecido com o Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS).

O CEDAPS é uma instituição do terceiro setor que cedeu sua tecnologia social Construção Compartilhada de Soluções Locais ao NortEJA. A partir disso, estimulou o uso de estratégias pedagógicas pautadas nas realidades e potencialidades territoriais, o que contribuiu significativamente para a retenção e a permanência dos estudantes nos cursos. Além disso, também ofereceu suportes e subsídios teóricos e metodológicos que favoreceram a ampliação da taxa de conclusão dos estudantes participantes do NortEJA.

Este livro, intitulado NA ÚLTIMA TENTATIVA: proteção, ampliação de direitos e oportunidades na Educação de Jovens e Adultos (EJA) reúne as reflexões e práticas de profissionais que concluíram o curso de Formação Continuada para Atuação na EJA oferecido pelo NortEJA. Os textos aqui compilados são resultados da sistematização das inquietações e das experiências práticas e teóricas dos profissionais da EJA, que ampliam o acervo de intervenções que revelam caminhos possíveis a se trilhar na direção de uma educação humana, afetuosa e transformadora.

A obra é dividida em três seções e reúne 11 propostas de planos de intervenção pedagógica que, a partir de distintas perspectivas territoriais, oferecem contribuições significativas para a compreensão e o fortalecimento da EJA no Norte de Minas Gerais, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e em todo o Brasil.

Dr. Juliano Gonçalves Pereira
Dra. Cíntia Regina de Fátima

**SEÇÃO 1:
DEBATENDO A
VIOLÊNCIA NA EJA**

DIÁLOGO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Tássio Mascarenhas de Carvalho¹

Introdução

O projeto de ensino *Diálogo e mediação de conflitos* na escola tem como objetivo sensibilizar e estimular os estudantes da Educação de Jovens e Adultos para a importância da identificação e resolução de problemas por meio das habilidades sociais e do uso de estratégias de mediação e diálogo, estabelecendo, assim, uma cultura de paz e não-violência na escola e em seu entorno.

A realização do projeto se justifica tendo em vista a ocorrência de diferentes casos de violência, *bullying* e discriminação vivenciados no cotidiano da escola, comprometendo o ambiente de convivência e o desenvolvimento saudável, ao mesmo tempo em que interfere nas condições para o aprendizado escolar. Face a isso, o projeto considera os pilares para uma Educação de Jovens e Adultos no século XXI, resumidos no aprender a conhecer, a fazer, a ser e a conviver, bem como a importância do desenvolvimento de competências socioemocionais, reconhecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2021), com destaque para as competências da assertividade, da regulação emocional e da resolução de problemas, para propor suas ações.

Desta forma, o projeto foi executado ao longo do segundo semestre de 2024, totalizando 15 semanas letivas, em encontros semanais de 50 minutos, conduzidos pelo professor, adotando-se a metodologia de aprendizagem baseada em projetos. O projeto proposto será a intervenção nos problemas ou conflitos identificados no contexto escolar e a elaboração de um material educativo sobre o tema a ser divulgado para seu público-alvo, na instituição e na comunidade do entorno.

Para o seu desenvolvimento, serão realizadas exposições sobre os temas, vivências, oficinas, discussões em grupos e levantamentos em campo. Como resultado, o projeto pretende realizar intervenções nos principais problemas identificados e produzir materiais que sirvam para a disseminação das formas de enfrentamento desses problemas por parte de toda a comunidade acadêmica e do entorno.

A ausência de uma cultura de paz e não violência nas escolas, especialmente na Educação de Jovens e Adultos, leva ao aumento de conflitos, desentendimentos e

¹ Aluno do curso EJA

a um ambiente escolar hostil. Isso se reflete na falta de habilidades sociais e na incapacidade de resolver conflitos de forma construtiva. Muitos alunos e educadores carecem de ferramentas e de estratégias adequadas para lidar com as tensões e as desavenças que surgem no cotidiano escolar, resultando em um ambiente que não favorece nem a aprendizagem nem a convivência harmoniosa.

Essa situação se agrava pela diversidade de experiências e de contextos dos alunos da EJA, que podem intensificar os conflitos e dificultar a comunicação. A falta de práticas restaurativas e de mediação limita as oportunidades de resolução pacífica de conflitos, contribuindo para um ciclo de violência e de desrespeito que impacta negativamente na formação de uma comunidade escolar inclusiva e solidária.

Portanto, é essencial desenvolver e implementar estratégias que estimulem o uso de habilidades sociais, a mediação de conflitos e as práticas restaurativas, visando à construção de um ambiente educacional pautado pela paz e pelo respeito mútuo. Assim, a partir do estímulo ao uso das habilidades sociais e de práticas restaurativas e de mediação de conflitos, surge o seguinte problema da pesquisa: como contribuir para a construção de uma cultura de paz e não violência na escola?

Justificativa

A escolha do tema *Diálogo e Mediação de Conflitos na Educação de Jovens e Adultos* se fundamenta na crescente necessidade de promover um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios específicos, como a diversidade de experiências, de idades e de contextos sociais dos alunos, que podem gerar tensões e conflitos. A mediação de conflitos e a promoção do diálogo são ferramentas essenciais para construir uma comunidade escolar harmoniosa, na qual todos os indivíduos se sintam valorizados e ouvidos.

O público central da EJA é composto por pessoas que, por diversos motivos, não concluíram sua educação básica na idade regular. Esses alunos frequentemente enfrentam barreiras emocionais e sociais que podem dificultar seu aprendizado e integração. A mediação de conflitos e o diálogo não apenas promovem a resolução pacífica de desavenças, mas também incentivam a construção de relações de confiança entre educadores e alunos. Essa abordagem é fundamental para criar um ambiente propício ao aprendizado, no qual cada indivíduo se sinta seguro para expressar suas opiniões e necessidades.

As possibilidades de realização de atividades de diálogo e mediação na EJA são amplas. Essas atividades serão adaptadas às características do público, levando em consideração a diversidade cultural e social presente nas turmas.

A implementação de práticas de diálogo e de mediação de conflitos na EJA contribui significativamente para a promoção da educação inclusiva. Ao valorizar a voz de todos os participantes, essas práticas favorecem o respeito à diversidade e à construção de uma cultura de paz. Através da mediação, é possível não apenas resolver conflitos, mas também desenvolver habilidades socioemocionais, como a empatia e a comunicação assertiva. Esses elementos são fundamentais para a formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, o tema *Diálogo e Mediação de Conflitos na Educação de Jovens e Adultos* é de extrema relevância, uma vez que aborda a necessidade de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, no qual todos têm a oportunidade de aprender e de se desenvolver plenamente. Por meio de práticas de diálogo e de mediação, podemos transformar a experiência educacional em um espaço de crescimento mútuo e de resolução pacífica de conflitos.

Objetivo Geral

Contribuir para a construção de uma cultura de paz e não violência na escola, a partir do estímulo ao uso das habilidades sociais e de práticas restaurativas e de mediação de conflitos.

Objetivos Específicos

- » Implementar treinamentos para educadores e alunos, focando no desenvolvimento de habilidades sociais, como empatia, comunicação assertiva e resolução de conflitos, com o intuito de criar um ambiente escolar mais colaborativo e respeitoso;
- » Criar espaços regulares para círculos de diálogo e mediação, nos quais alunos e educadores possam compartilhar experiências, discutir conflitos e encontrar soluções conjuntas, promovendo um clima de cooperação e entendimento mútuo;
- » Integrar práticas restaurativas no cotidiano escolar, como a aplicação de métodos de resolução de conflitos que priorizem a reparação de danos e a restauração das relações, contribuindo para a construção de uma comunidade escolar solidária e inclusiva.

Metodologia

Para desenvolver uma metodologia baseada em projetos sobre o tema *Diálogo e Mediação de Conflitos na Educação de Jovens e Adultos*, é importante seguir algumas etapas que orientem o processo de ensino-aprendizagem. Primeiro, com a definição do problema e objetivos já estabelecidos, é realizado o planejamento do projeto, pensando na sua execução de implementação das atividades.

O principal foco é tratar sobre a mediação de conflitos, utilizando situações reais ou simuladas para aplicar técnicas de mediação, permitindo que os alunos pratiquem a resolução de conflitos em um ambiente seguro, com avaliação, reflexão e, por fim, sistematização e divulgação dos resultados.

A metodologia baseada em projetos sobre diálogo e mediação de conflitos na EJA permite que os alunos não apenas aprendam teoricamente, mas também desenvolvam habilidades práticas que serão úteis em sua vida cotidiana. Ao fomentar um ambiente de diálogo e respeito, a proposta contribui significativamente para a construção de uma cultura de paz na escola.

Desenvolvimento

Tendo em vista a adoção da metodologia baseada em projetos, os alunos serão apresentados às seguintes atividades:

1º encontro

Em sala de aula, os alunos serão provocados a relacionar e a descrever quais problemas ou conflitos ocorridos na escola eles perceberam, vivenciaram ou tiveram notícia desde que ingressaram. Será feita uma relação no quadro, enumerando tais ocorrências.

Na sequência, os estudantes serão questionados sobre as causas e as consequências de cada um deles e se todos os envolvidos viram a situação da mesma forma. A

partir das respostas, procurar-se-á identificar aspectos comuns, relativos à interação humana e às dificuldades na expressão, na comunicação e na compreensão.

Ao final, os estudantes serão questionados sobre quais problemas consideram os mais graves e que gostariam de ver resolvidos. Na sequência, serão esclarecidos sobre a ideia para a criação do projeto e seus objetivos, procurando sensibilizá-los quanto à sua importância. Será apresentada a forma de condução do projeto a partir da definição de um projeto de identificação e resolução de um conjunto de problemas ou conflitos, identificados por todos os interessados: os próprios estudantes, os pais, os servidores (professores e equipe técnica diretamente envolvida com os estudantes) e a comunidade do entorno da instituição. Na ocasião, os estudantes serão esclarecidos sobre sua participação no projeto, que consistirá em identificar os principais problemas ou conflitos que ocorrem na escola, na opinião de cada um dos grupos citados, e selecionar, cada grupo, um único conflito que será alvo das suas ações ao longo do semestre. Para isso, serão formados 10 grupos de três alunos que irão a campo, obter as respostas desses diferentes atores e, posteriormente, reunirão as informações obtidas e realizarão a intervenção. Com isso, 10 conflitos serão abordados no projeto.

2º encontro

Neste encontro, os grupos já formados elaborarão questionários para identificar os problemas ou os conflitos presentes na escola, destinados aos diferentes grupos de atores, a fim de obter um diagnóstico da instituição e um mapa da comunidade do entorno. Serão formulados questionários em versão impressa e eletrônica, conforme a viabilidade de aplicação.

Os estudantes serão orientados sobre a forma de aplicação dos questionários, incluindo a abordagem aos pais durante as reuniões de conselho de classe, aos professores e técnicos da instituição, bem como aos estudantes das outras turmas do ensino médio da instituição e aos moradores do bairro no entorno do campus. Cada grupo ficará responsável por reunir as informações obtidas ao longo dos dias seguintes e apresentá-las no próximo encontro.

3º encontro

Apresentação e discussão dos resultados obtidos pelos estudantes. A partir dos resultados de cada grupo, serão identificados os problemas ou conflitos considerados mais importantes e que serão alvo das intervenções do projeto. Cada grupo escolherá um conflito e ficará responsável por preparar-se para conduzir a intervenção sobre ele.

4º encontro

Para qualificar os estudantes para a intervenção nos problemas identificados, será realizada uma exposição sobre o que são habilidades sociais e seus tipos. Na sequência, será conduzida uma oficina de estratégias de habilidades sociais de comunicação. Ao longo das oficinas, serão apresentadas e discutidas estratégias a serem adotadas na resolução dos conflitos escolhidos por cada grupo em relação a cada tema.

5º encontro

Ainda com o propósito de qualificar os estudantes, será realizada a segunda parte da oficina de habilidades sociais de comunicação.

6º encontro

Será realizada a oficina de estratégias de assertividade e de empatia.

7º encontro

Será realizada a oficina de estratégias de expressão de sentimentos.

8º encontro

Será realizada a oficina de estratégias de resolução de problemas.

9º encontro

Será realizada uma oficina sobre o que são círculos de diálogo e círculos restaurativos, quais seus objetivos e como conduzi-los. Os estudantes serão orientados a elaborar e apresentar, no próximo encontro, o roteiro com a descrição da sequência a ser adotada na realização do círculo restaurativo que conduzirão.

10º encontro

Os grupos apresentarão os roteiros elaborados e discutirão, sob orientação do professor, os eventuais ajustes. Além disso, a fim de exemplificar a dinâmica da atividade, será realizada uma simulação de círculo restaurativo para que todos os alunos possam observar e, posteriormente, conduzir tal atividade.

Nestas simulações, o professor atuará como facilitador e contará com a colaboração de outros estudantes e servidores não envolvidos nos conflitos reais escolhidos pelos grupos. Além disso, para organizar as próximas atividades, dois estudantes integrantes de cada grupo deverão se dedicar à elaboração dos materiais de instrução e divulgação das estratégias de enfrentamento dos conflitos, enquanto os outros dois integrantes ficarão responsáveis pela preparação do ambiente e pelo convite aos envolvidos nos conflitos para participarem dos círculos restaurativos.

11º encontro

Realização dos cinco primeiros círculos restaurativos com os envolvidos nos conflitos escolhidos pelos cinco primeiros grupos. Cada círculo restaurativo terá duração de 30 minutos a uma hora e um integrante de cada grupo atuará como facilitador. Durante a atividade, os demais integrantes dos grupos participarão como observadores, registrando as interações, as estratégias utilizadas e o desfecho alcançado, além de auxiliarem na organização do ambiente e da dinâmica a ser realizada.

Caso algum aluno da turma do primeiro ano esteja envolvido em algum conflito, ele participará como convidado-envolvido na atividade. Além disso, ao longo da semana,

os estudantes da turma darão continuidade à elaboração dos materiais educacionais para a comunidade escolar.

12º encontro

Realização dos cinco círculos restaurativos com os envolvidos nos conflitos escolhidos pelos cinco grupos restantes, seguindo o mesmo formato. Continuidade da elaboração, por parte dos estudantes, dos materiais educacionais para a comunidade escolar.

13º encontro

Apresentação, pelos grupos, dos resultados dos projetos que realizaram e dos resultados alcançados com os círculos restaurativos.

14º encontro

Realização de avaliação junto aos demais participantes das atividades e encerramento do projeto com feedback aos estudantes e demais participantes.

15º encontro

Evento na escola para lançamento das cartilhas e materiais de divulgação produzidos pelos estudantes. O projeto final dos grupos deverá ser apresentado em formato digital, com recurso a textos, vídeos e imagens, conforme a escolha dos estudantes. Nele deverá constar o conflito escolhido e sua descrição detalhada, bem como as soluções alcançadas nos círculos restaurativos. Além disso, o grupo também apresentará o material educativo elaborado com o propósito de divulgar e estimular o uso de estratégias não violentas de resolução desse conflito.

Recursos Didáticos Necessários

As oficinas acontecerão em sala de aula, com recurso a vídeos, vivências, atividades em grupo, exposições e demonstrações, sendo necessárias TV com conexão à internet, aparelho de som, quadro e pincel, além de folhas, canetas e lápis.

Além disso, materiais para estudo e preparação das oficinas serão elaborados pelo professor e disponibilizados previamente aos grupos.

Desafios e Potencialidades

A Educação de Jovens e Adultos atende a um público heterogêneo em termos de idade, origem social e experiências de vida, o que pode dificultar a criação de um ambiente comum para o diálogo e a mediação. Além disso, educadores não envolvidos no projeto e alunos podem apresentar resistência em adotar novas práticas de diálogo e mediação, especialmente se estiverem acostumados a métodos tradicionais de resolução de conflitos. Destaca-se que a falta de recursos, como espaços adequados para a realização de círculos de diálogo, pode dificultar a implementação de práticas restaurativas e de mediação.

Em relação às potencialidades, o diálogo e a mediação promovem a construção de relacionamentos mais saudáveis e respeitosos entre educadores e alunos, o que pode aumentar a confiança e o engajamento. É possível que a implementação dessas práticas contribua para o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais, como a empatia, a escuta ativa e a comunicação eficaz, que são valiosas não apenas na escola, mas na vida cotidiana. Além disso, a adoção de práticas de mediação pode ajudar a criar uma cultura de paz e não violência, promovendo um ambiente escolar mais seguro e acolhedor. A mediação estimula a resolução criativa de conflitos, permitindo que os alunos se tornem agentes ativos na busca por soluções e na construção de um ambiente de respeito mútuo. Por fim, essas práticas incentivam a inclusão de todas as vozes na comunidade escolar, fortalecendo a participação de alunos que muitas vezes se sentem marginalizados e promovendo um senso de pertencimento.

Portanto, embora existam desafios significativos a serem superados, as potencialidades do diálogo e da mediação de conflitos na EJA oferecem oportunidades valiosas para transformar o ambiente escolar e promover uma educação mais inclusiva e pacífica.

Considerações Finais

A prática do diálogo e da mediação de conflitos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) se revela essencial para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, respeitoso e acolhedor. Ao promover habilidades sociais e práticas restaurativas, é possível não apenas resolver desavenças, mas também transformar a cultura escolar em um espaço de aprendizado mútuo e crescimento pessoal.

A EJA, por sua natureza diversa, oferece uma oportunidade única para o desenvolvimento de competências socioemocionais, essenciais para a formação de cidadãos críticos e ativos. Por meio do diálogo, os alunos podem expressar suas vivências, construir relações de empatia e solidariedade, e aprender a lidar com os conflitos de maneira construtiva. Isso não só favorece a convivência pacífica, mas também contribui para a autoeficácia dos alunos, que se tornam agentes ativos na resolução de seus próprios problemas.

Entretanto, para que essas práticas sejam efetivas, é fundamental que haja uma formação adequada para educadores e que as instituições de ensino ofereçam suporte e recursos suficientes. O comprometimento de toda a comunidade escolar — alunos, professores e gestores — é crucial para que as iniciativas de mediação e diálogo se consolidem e se tornem parte da cultura da escola.

Espera-se, com a execução da proposta, que os estudantes desenvolvam novas formas de encarar os conflitos, compreendendo-os como parte do dia a dia e como potenciais situações de aprendizado. Além disso, espera-se que assimilem e pratiquem novas estratégias de resolução de conflitos, baseadas nas habilidades sociais desenvolvidas e em meios não violentos, que privilegiam a manutenção e a restauração de vínculos sociais e o respeito ao outro. Com isso, acredita-se que os benefícios do projeto possam contribuir para o desenvolvimento profissional dos estudantes, bem como para o seu desenvolvimento humano e social.

Por fim, ao integrar o diálogo e a mediação de conflitos na EJA, estamos não apenas buscando resolver problemas imediatos, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica. A promoção de uma cultura de paz e não violência na escola é um passo fundamental para que os alunos se tornem cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de transformar seus ambientes e, conseqüentemente, o mundo ao seu redor.

Referências

ALBERT, R. E.; EMMONS, M. L. **Comportamento Assertivo: Um guia de autoexpressão**. Belo Horizonte: Interlivros, 1983.

CABALLO, V.E. **O treinamento em habilidades sociais**. n: V. Caballo, Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento (pp. 361-398). São Paulo: Livraria Santos Editora, 2007.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO [CNMP]. **Diálogo e mediação de conflitos nas escolas: Guia prático para educadores**. Brasília: CNMP, 2014.

_____. Conte até 10 nas escolas: **Cartilha com roteiros de aulas**. Brasília: CNMP, 2013.

CONTE, F.C.S.; BRANDÃO, M.Z.S. **Falo ou não falo? Expressando sentimentos e comunicando ideias**. Londrina: Mecenaz, 2007.

NEZU, A. M.; NEZU, C. M. **Treinamento em solução de problemas**. In: V. Caballo, Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento (pp. 471- 493). São Paulo: Livraria Santos Editora, 2007.

PORTELLA, M. **Estratégias de treinamento em habilidades sociais**. Rio de Janeiro: CPAF, 2011.

EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE E CONSCIENTIZAÇÃO: ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO DA EJA

Diego Kedson dos Santos²

Introdução

A violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas é uma realidade alarmante no Brasil, onde milhares de vítimas são submetidas diariamente a abusos que violam seus direitos humanos e comprometem sua integridade física, psicológica e social.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), há um desafio ainda maior: muitos dos estudantes, especialmente as mulheres, podem estar vivendo essas situações ou conhecendo pessoas que enfrentam tais adversidades. É essencial promover um ambiente de conscientização e educação que possibilite não apenas o entendimento das diversas formas de violência, mas também a construção de mecanismos de enfrentamento.

Este plano de intervenção visa engajar alunos e alunas da EJA do Ensino Médio de uma escola estadual localizada no município de Acaraú (CE) na discussão sobre violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas.

A proposta envolve conscientizar as mulheres sobre os tipos de violência, educar os homens sobre o papel do patriarcado na perpetuação de comportamentos machistas e capacitar todos os alunos a identificar fatores de risco, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária, vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

² Bacharel em Direito pela Faculdade Luciano Feijão. Bacharel em Ciências Econômicas e em Finanças pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Direito Público e Administrativo pela Faculdade Padre Dourado. Especialista em Estratégias de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Formador cadastrado no Banco Nacional de Formadores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Docente do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Estadual do Tocantins. Conciliador e Mediador Judicial. Assistente de Unidade Judiciária de Entrância Intermediária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Membro efetivo do Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas Interinstitucionais, da Universidade Federal do Ceará.

Justificativa

O combate à violência doméstica e familiar deve começar pela educação. No contexto da EJA, a relevância desse tema é ainda maior, pois os estudantes trazem consigo uma vasta bagagem de experiências de vida, muitas vezes marcada por situações de violência. Abordar esse tema no ambiente escolar é uma forma de oferecer a esses estudantes um espaço de acolhimento, conscientização e ação.

Este projeto justifica-se pela urgência de oferecer a essas mulheres e meninas o conhecimento necessário para identificar os diversos tipos de violência, compreender o ciclo de violência e aprender sobre formas de prevenção e apoio.

Paralelamente, os homens precisam ser educados para entender como o patriarcado perpetua atitudes e pensamentos que alimentam a violência, estimulando-os a adotar uma postura ativa no combate a essas práticas.

A escolha deste tema está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), e ao compromisso com uma educação inclusiva e transformadora.

Objetivo Geral

Promover a conscientização sobre a violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas entre os alunos(as) da EJA, fomentando uma educação inclusiva e sensibilizadora que capacite os estudantes a reconhecer e a enfrentar as diversas formas de violência e a atuar de modo crítico e propositivo na desconstrução de comportamentos patriarcais.

Objetivos Específicos

- » Conscientizar as mulheres sobre o ciclo da violência e os diferentes tipos de violência doméstica e familiar, incluindo a violência psicológica, patrimonial e sexual;
- » Educar os homens sobre os impactos do patriarcado, desconstruindo pensamentos e comportamentos machistas;
- » Instigar o público-alvo a identificar fatores de risco associados à escalada da violência doméstica, promovendo a prevenção e a interrupção do ciclo;
- » Promover discussões e reflexões baseadas em metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e o Estudo de Casos, adaptadas ao contexto da EJA, incentivando o pensamento crítico e a proposição de soluções;
- » Vincular o tema da violência doméstica aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, estimulando os alunos a entenderem seu papel na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Metodologia

A metodologia adotada será centrada em metodologias ativas, com enfoque na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e no estudo de casos, estratégias especialmente eficazes para a EJA, pois envolvem os estudantes na resolução de situações práticas e no desenvolvimento de soluções para problemas reais.

As atividades serão organizadas de forma a estimular os alunos a refletirem criticamente sobre a violência doméstica e familiar a partir de estudos de casos concretos, debates e discussões em grupo. Serão criados grupos de trabalho mistos, formados por homens e mulheres, nos quais todos serão convidados a analisar casos de violência, a propor soluções e a debater as raízes culturais e sociais do problema.

A participação dos alunos com necessidades especiais será garantida por meio da adaptação de materiais didáticos e do uso de tecnologias assistivas, quando necessário. Haverá também a utilização de vídeos, rodas de conversa e cartazes como recursos pedagógicos para facilitar a compreensão dos temas discutidos.

A avaliação será processual, com base na participação ativa dos alunos nas atividades propostas e na construção de propostas de intervenção social para o enfrentamento da violência.

Desenvolvimento

O plano de intervenção será desenvolvido em quatro etapas principais, utilizando-se de metodologias ativas, especialmente a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e o estudo de casos. O professor terá um papel facilitador, orientando os alunos no processo de construção do conhecimento e promovendo reflexões críticas sobre o tema da violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas.

- » **Introdução ao tema:** o professor iniciará a intervenção apresentando o tema por meio de uma aula expositiva dialogada, utilizando vídeos e gráficos sobre os diferentes tipos de violência doméstica, além de abordar o ciclo da violência. Serão apresentados os conceitos de violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual. Será estabelecida a ligação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 16.
- » **Estudo de casos:** o professor dividirá os alunos em grupos mistos, fornecendo-lhes diferentes estudos de casos de violência doméstica. Cada grupo deverá analisar a situação apresentada, identificar os tipos de violência, discutir os fatores de risco e sugerir formas de intervenção. Durante essa etapa, o professor atuará como mediador, acompanhando as discussões e oferecendo direcionamentos quando necessário. Os grupos deverão propor soluções que visem ao enfrentamento da violência e à desconstrução de comportamentos patriarcais.
- » **Debate e reflexão coletiva:** após o estudo de casos, os grupos se reunirão em plenária para apresentar suas reflexões e soluções. O professor incentivará o debate, promovendo o diálogo entre homens e mulheres e destacando a importância da colaboração para a prevenção da violência. Haverá espaço para discutir como as soluções propostas podem ser aplicadas no contexto local de Acaraú e

em outras realidades semelhantes. O professor também conduzirá uma reflexão sobre o papel de cada estudante, não só como futuros agentes de transformação, mas como indivíduos que podem intervir no combate à violência em suas comunidades.

- » **Produção final:** como fechamento, os alunos serão convidados a desenvolver uma campanha educativa que será apresentada à comunidade escolar. A campanha pode incluir vídeos, panfletos, murais ou dramatizações, conscientizando a comunidade sobre os tipos de violência e os direitos das mulheres. O professor dará suporte à criação das campanhas, oferecendo feedbacks e orientações quanto ao conteúdo e ao formato.

Recursos Didáticos Necessários

- » Materiais audiovisuais (vídeos, gráficos, infográficos) sobre os tipos de violência, o ciclo da violência e indicadores de risco;
- » Panfletos informativos com representações ilustrativas sobre violência doméstica;
- » Cartão de visitas com os contatos dos equipamentos que compõem a rede de proteção;
- » Estudos de caso impressos ou em formato digital;
- » Cartazes, marcadores e folhas de papel para a elaboração de murais e campanhas;
- » Acesso à internet para pesquisas e produção de materiais;
- » Equipamentos de multimídia (projetor e caixas de som) para exibição das apresentações;
- » Materiais adaptados e tecnologias assistivas para estudantes com necessidades especiais (se necessário).

Desafios

- » Resistência de alguns alunos, especialmente homens, em desconstruir comportamentos machistas e repensar o patriarcado;
- » A dificuldade de alguns estudantes em identificar formas mais sutis de violência, como a psicológica e a patrimonial;
- » A abordagem de um tema sensível, que pode causar desconforto em alunos que tenham vivenciado situações de violência;
- » Limitações estruturais da escola, como falta de recursos tecnológicos ou internet de qualidade para o desenvolvimento das atividades propostas.

Potencialidades

- » O uso de metodologias ativas permitirá que os alunos se engajem de forma prática e reflexiva, favorecendo a construção de conhecimento significativo;
- » A criação de uma campanha educativa trará à tona a criatividade dos alunos e fortalecerá o senso de pertencimento e responsabilidade social;
- » A abordagem interdisciplinar, conectando os ODS com a realidade local, possibilitará uma educação mais contextualizada e transformadora;
- » A valorização da experiência de vida dos alunos da EJA trará riqueza para as discussões e facilitará a troca de saberes, promovendo empatia e solidariedade entre os participantes.

Considerações Finais

Espera-se que, com esta intervenção pedagógica, os alunos da EJA compreendam melhor a complexidade da violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas, tornando-se agentes ativos no enfrentamento dessa realidade em suas comunidades.

O processo permitirá que homens e mulheres reconheçam seus papéis na desconstrução de comportamentos patriarcais e no combate à violência. Além disso, a metodologia ativa e participativa proporcionará um aprendizado significativo, instigando os alunos a refletirem criticamente sobre o tema e a proporem ações concretas.

Ao final da intervenção, espera-se também o fortalecimento da conscientização sobre direitos humanos, alinhando o aprendizado às metas globais de promoção da igualdade e da justiça.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Fernando; SOARES, Bárbara Musumeci. **SerH**: documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres. Rio de Janeiro: ISER, 2012.

BARROS, R. **Revisitando Knowles e Freire**: Andragogia x pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. Educação e Pesquisa, 44, el73244. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844173244>>. Acesso em 22 jul. 2024.

BENEVIDES, Marinina Gruska. **Os Direitos Humanos das Mulheres**: Transformações Institucionais, Jurídicas e Normativas no Brasil. Fortaleza: EdUECE, 2016.

BÔAS, Maria da Conceição Cédro Vilas et al. **A Juvenilização da Educação de Jovens e Adultos**: desafios e possibilidades curriculares. Práxis Educacional, v. 16, n. 42, p. 48-77, 2020.

BRASIL. MEC/SETEC/PROEJA. **Documento Base**. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos: educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

_____. _____. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidade e políticas públicas insuficientes. In: **EJA**: formação técnica integrada ao Ensino Médio, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf> Acesso em 27 jun. 2024.

_____. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da

Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 05 set. 2024.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARVALHO, Jair Antônio et al. **Andragogia**: Considerações sobre a aprendizagem do adulto. REMPEL - Ensino, Saúde e Ambiente, v.3, n. 1 p.78-90. Abril 2010. ISSN 983-7011. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21105>>. Acesso em 22 jul. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007a.

_____. **Conversando sobre justiça e os crimes contra a mulher**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007b.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 14. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, Renata Monteiro; DA SILVA, Marluce Pereira (Org.). **EJA, diversidade e inclusão**: reflexões (im)pertinentes. João Pessoa: UFPB, 2018. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/139/57/557-1?inline=1>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

HADDAD Sérgio. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. In: RIBEIRO, Vera Magalhães (Org.). **Educação de jovens e adultos**: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil –ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001, p. 191-199.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

JESUS, Damásio de. **Violência Contra a Mulher**: Aspectos criminais de Lei n. 11.340/2006. 2 ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

MUSZKAT, Malvina E. et al. **Mediação familiar transdisciplinar**: uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero. São Paulo: Summus, 2008.

NOGUEIRA, Sônia Mairos. **A andragogia**: que contributos para a prática educativa? Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1226>>. Acesso em 22 jul. 2024.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Revista brasileira de educação, n. 12, p. 59-73, 1999.

SOARES, Bárbara Musumeci; ACOSTA, Fernando. **Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres**. Rio de Janeiro: Iser, 2012.

COMBATE À VIOLÊNCIA MISÓGINA EM DEBATE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Leonardo Lima da Silva³

Introdução

A violência misógina ainda tem assolado inúmeras pessoas e lares por todo o país, mesmo com o advento dos significativos e inegáveis avanços no que se refere a uma maior rigidez inerente aos dispositivos legais de proteção e amparo às mulheres. Nesse sentido, faz-se fulcral que possamos trazer à baila, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, as discussões acerca da Educação em Direitos Humanos, em um prisma que propicie um debate acerca do combate à violência contra as mulheres.

Neste sentido, para que todo esse processo de intervenção pedagógica se torne efetivamente uma mudança dentro do espaço escolar, é necessário que o plano seja minuciosamente projetado, contemplando, inclusive, espaço para as atipicidades do contexto escolar. Sabendo que o planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo (Gama; Sonner, 2000, p. 32).

Por esse espectro, quando elaboramos uma proposta de intervenção, é porque temos o objetivo de que algo se concretize e que, a partir das nossas perspectivas e interferências, em conjunto com as interferências e reflexões das/dos discentes sedimentadas no projeto colocado em prática, a mudança necessária e desejada seja construída por intermédio dessa relação de troca entre as/os estudantes e a/o docente, propiciando aos indivíduos o aprendizado, o compromisso ético e o exercício ativo da cidadania, bem como a defesa e a difusão dos direitos fulcrais para a dignidade humana.

³ Pedagogo pela Universidade Federal da Paraíba, pós-graduado em: Linguagens e Práticas Sociais (IFAL); Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFPB), Educação de Jovens e Adultos (IFRO). Membro da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, Membro do Banco de Especialistas da Fundação de Educação e Cultura da Paraíba (FUNETEC-PB). Membro da comunidade externa enquanto professor voluntário do Núcleo Acerca das Questões Africanas, Afro-brasileiras e dos Povos Originários do Instituto Federal da Paraíba (NEABI-IFPB). Professor avaliador de projetos de extensão do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSERTÃO). Discente da Formação em EJA (NORTEJA) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Nessa perspectiva, o presente projeto configura-se como uma proposta de intervenção com vistas a trazer à baila as discussões acerca da violência misógina, bem como da cultura machista, dentro do âmbito da Educação de Jovens e Adultos. As razões para esse ímpeto estão sedimentadas na seguinte situação-problema: verificar se existe uma formação para a não violência e para a cultura de paz, ancorada na perspectiva dos Direitos Humanos e que verse sobre o combate à violência contra as mulheres. No item a seguir, abordarei os objetivos deste projeto.

Objetivo Geral

O projeto de intervenção tem como objetivo geral favorecer a apreensão e a capacidade do uso social do gênero textual resenha, bem como formar discentes para uma cultura de paz e dos Direitos Humanos.

Objetivos Específicos

- » Fomentar as discussões acerca das questões e das relações de gênero;
- » Promover um debate amplo acerca da cultura da violência e do machismo;
- » Explicação acerca dos tipos de violência contra as mulheres;
- » Debate sobre a Lei Maria da Penha e sua relevância;
- » Conhecer a história de Maria da Penha.

Metodologia

No que diz respeito ao amparo metodológico, o presente projeto de intervenção está amparado em uma sequência didática com vistas à promoção do debate inerente à violência misógina e à cultura do machismo, para ser desenvolvida com as/os discentes da Educação de Jovens e Adultos, dentro do recorte do Ensino Médio. Nesse sentido, a sequência didática configura-se como um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a execução de objetivos determinados, com um princípio e um fim conhecidos para as/os envolvidas/os dentro do escopo do processo (Bonfim, 2020).

Concernente à justificativa dessa intervenção, à luz dos dados explicitados pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Estado brasileiro aparece na 53ª posição no índice de igualdade entre os gêneros, na América Latina, o Brasil aparece em 6º lugar, antecedido por Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile e Colômbia. Os dados considerados pela ONU para o estabelecimento deste índice são a alfabetização, a esperança de vida e a economia. Nesse aspecto, a violência contra as mulheres é a face mais cruel e mais impactante desta desigualdade (Onu, 2017).

Ademais, em relação ao escopo da realidade brasileira, no que se refere à violência contra as mulheres, dados apontam que dez mulheres morrem por dia vítimas de violência. A cada minuto, uma mulher é vítima de estupro e, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas. Desse modo, estes dados amparam e evidenciam a necessidade de um projeto de intervenção social calcado em uma cultura de paz e dos direitos humanos (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 2017). Na seção a seguir, abordarei o desenvolvimento dessa sequência didática.

Desenvolvimento

No que se refere ao desenvolvimento desse projeto, o **primeiro encontro** terá como momento inaugural a minha apresentação, a explanação relativa ao escopo do projeto e a sua relevância, tendo em vista a persistência do machismo e da violência contra as mulheres. Em seguida, entregarei uma manchete de jornal que aborda o assassinato de uma mulher paraibana por seu ex-marido, que não aceitava o término do relacionamento. Após a leitura grupal desta manchete, questionarei as/os alunas/os sobre o que sabem sobre o conceito de violência e acerca da concepção destas/es relativa à violência misógina. Além disto, após as discussões e questionamentos, abordarei os conceitos de violência e de violência misógina, bem como indagarei as/os estudantes sobre quais os tipos de violência contra as mulheres elas/es conheciam. Em seguida, farei uma breve apresentação da Lei Maria da Penha e solicitarei que todas/os pesquisassem sobre a história de Maria da Penha. Para este momento inicial, estimo um tempo de 50 a 70 minutos para o seu desenvolvimento.

Em relação ao **segundo momento** desse projeto de intervenção social, este será iniciado com uma recapitulação da aula anterior, momento em que retomarei os conceitos de violência e de violência misógina. Em seguida, apresentarei os slides com explanações inerentes às seguintes temáticas: conceito sobre violência; tipos de violência; Lei Maria da Penha; machismo e sexismo na sociedade; e a Educação em Direitos Humanos. Solicitarei aos(as) estudantes que produzam um texto individualmente e que discorram acerca do entendimento deles relativo à violência contra as mulheres, e que produzam em grupo (cada grupo com no máximo cinco discentes) um vídeo que aborde um dos tipos de violência misógina elencados na Lei Maria da Penha, e que traga uma breve explicação inerente a essa tipologia de violência. Estimo que este momento poderá ser desenvolvido com um tempo de 60 minutos de ministração.

No que se refere ao **terceiro momento**, farei uma recapitulação alusiva a todo o percurso de realização da intervenção, além da relevância de que o combate à violência misógina é uma obrigação social de todas e todos, e de que nós, homens, também sofremos por conta do machismo, sem olvidar, obviamente, que as mulheres são mais afetadas e de maneira mais intensa e perversa. Demonstrarei também, a relevância de uma educação/reeducação anti-machista dentro da Educação de Jovens e Adultos. Para este terceiro momento, o tempo estimado de desenvolvimento é de 60 minutos.

Em relação ao **quarto momento**, este consistirá na apresentação dos textos produzidos e dos vídeos, em um encontro que abarca toda a comunidade escolar, além da sociedade atendida pela escola. Este momento ocorrerá em um tempo estimado de 60 a 80 minutos.

Cabe ressaltar que todo percurso de ensino-aprendizagem é sempre um momento oportuno para o câmbio de conhecimentos, sobretudo, quando a práxis docente ocorre de modo horizontal e favorece a interação discente durante a execução da ação de intervenção. Por esse viés, abordar a violência misógina é fundamental para a minha formação humana e docente continuada, docente, bem como para plantar a

semente da transformação nas mentes e corações das/dos discentes, tendo em vista que a sequência didática proporcionará um espaço para que a Educação em Direitos Humanos seja trazida à baila. A seguir, destacarei os dispositivos midiáticos e os recursos pedagógicos que amparam a execução dessa sequência didática.

Recursos didáticos, dispositivos midiáticos e processo de avaliação

Para o bom andamento das atividades da sequência didática e com o fito de que os objetivos traçados sejam atingidos, a utilização dos materiais a seguir faz-se de crucial relevância: sala de multimídia com acesso à internet, datashow e smart TV. Sabendo que as realidades escolares são distintas no que se refere à estrutura e à disponibilidade de recursos, as atividades poderão ser adaptadas conforme as especificidades de cada espaço escolar.

Além dos materiais supramencionados, também serão utilizados os seguintes materiais didáticos: textos explicativos sobre a violência contra a mulher, tipos de violência misógina, machismo e a Educação em Direitos Humanos, além de slides contendo explicações sobre a temática abarcada pela intervenção social. No que se refere ao escopo do processo avaliativo, este ocorrerá de modo contínuo, bem como a partir das interações e produções de cada uma/um.

Desafios e Potencialidades

No que se refere aos desafios para a implementação desse projeto, em minha realidade hodierna, seria a negativa de alguma escola de que eu efetue esta sequência didática, tendo em vista que ainda não exerço formalmente a docência, além da dificuldade em se encontrar turmas de EJA com uma quantidade mínima de estudantes, levando em consideração o alto índice de evasão e a baixa taxa de busca ativa. Por fim, outro fator desafiador pode ser a falta de tempo para a execução do projeto dentro do prazo e formato em que foi idealizado.

No que se refere às potencialidades, estas consistem na possibilidade de tratar uma temática tão relevante para a proteção e a ampliação da dignidade humana, em especial, a dignidade das mulheres, além de contribuir para a redução dos índices de violência misógina e para o combate a todas as formas de violência contra as mulheres ainda recorrentes, por fim, trago a possibilidade da formação ética, política e humana das(os) estudantes e de toda a comunidade envolvida nesta intervenção didática.

Considerações Finais

Uma ação de intervenção didática ancorada na Educação em Direitos Humanos, voltada para a Educação de Jovens e Adultos, constitui-se como um momento para que as questões inerentes à dignidade humana sejam trazidas à baila, bem como as situações em que a dignidade é cerceada ou impossibilitada, como no caso da violência contra a mulher. É corroborar para a aquisição de novos conhecimentos, para o incentivo à defesa da vida, da paz, da pluralidade e das possibilidades humanas. Nesse sentido, a educação preconizada pelos dispositivos legais vai adquirindo forma, traduz-se em práxis, e a práxis traduz-se em mudança de ideias e conceitos, e a transformação das mentes é capaz de intervenção nas realidades do contexto escolar, das vidas das/os envolvidas/os no projeto de intervenção, além da comunidade atendida pela escola e de toda a sociedade.

Referências Bibliográficas

BOMFIM, L. da C. B. . SEQUÊNCIA DIDÁTICA: discutindo a violência contra a mulher no contexto do Ensino Médio. Produto Educacional da Dissertação: Violência de gênero: a lei Maria da Penha como afirmativa no combate à violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Alagoas Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572503/2/PE%20FINAL.pdf>.

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acessado em: 04 set. 2024.

GAMA, A. S. F. de; Sonner, A. O. de. O Planejamento no Contexto Escolar. Mato Grosso de Sul: Web Revista Discursividade. (), 13p.

ONU BRASIL. Violência contra a Mulher é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo. In: ONUBR. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-ea-violacao-de-direitos-humanos-mais-tolerada-no-mundo-afirma-onu/>. Acesso em: 06 set. 2024.

PROJETO DE INTERVENÇÃO VOLTADO À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO PARA A PAZ, COM ÊNFASE NA QUESTÃO DE GÊNERO E VIOLENÇA, EM COLÉGIOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE PONTA GROSSA, 2017. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/12392126/Maria+nas+escolas+2018++Ponta+Grossa.pdf/315f1f66-eaaf-8585-177f-194910c452f7>. Acessado em: 06 set. 2024.

PREVENÇÃO AO *BULLYING* NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Bruno Leonardo Batista Ferreira⁴

Introdução

Este plano de intervenção pedagógica aborda um tipo de violência nas escolas que na literatura é referido como *bullying*. Essa violência social pode ser vivenciada de múltiplas formas, a saber: a física, a moral e a simbólica. Essas ações se apresentam nas diversas interações escolares, como nas vivenciadas pelos professores e estudantes, com experiências de medo, de desrespeito, de intimidação, de violação de direitos, de comportamentos incoerentes ao meio, de hierarquização de poder e no adoecimento do processo de ensino e aprendizagem.

A escola tem sido um local onde casos de violência têm se intensificado nas últimas décadas, haja vista que a violência nas escolas é um fenômeno complexo que reflete as violências existentes nas demais esferas sociais. Ela pode se apresentar nas relações interpessoais, como nas ações contra o patrimônio público, bens alheios e uso e tráfico de drogas no entorno da unidade de ensino (REIS; CONCEIÇÃO, 2012).

O tipo de violência mais evidenciado no contexto escolar é a intimidação sistemática (*bullying*), considerada todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015).

Portanto, a educação na EJA não pode ter uma postura neutra perante esse cenário que também é uma realidade dentro da modalidade, na qual deve agir de forma preventiva para evitar casos de *bullying* nesse meio. A EJA deve atuar como um universo de possibilidades de mudança da realidade social.

⁴ Graduado em Psicopedagogia pela UFPB. Especialista em Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica, Supervisão e Orientação Educacional. Vice-Diretor Escolar na EEEFM e EJA Padre Miguelinho em João Pessoa/PB.

Justificativa

O excesso nas brincadeiras entre colegas na escola, tidas por muitos como situações típicas da idade, mostra ter uma face cruel para as vítimas das ofensas. Desde que o *bullying* entrou pelos portões das escolas, professores, pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, pesquisadores e a comunidade jurídica receberam o desafio de identificar, combater e, principalmente, prevenir essa prática.

Fante (2011) afirma que o *bullying* escolar se resume em insultos, intimidações, apelidos constrangedores, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação em grupo que hostiliza e ridiculariza a vida de outros alunos, levando-os à exclusão, além de danos físicos, psíquicos e a prejuízos na aprendizagem.

Teixeira (2014) nos relata que o *bullying* é um fenômeno que tem sido descrito em escolas de todo o mundo e é uma experiência comum para crianças, adolescentes e jovens. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, uma pesquisa realizada no Brasil em 2008 pela Plan Internacional Brasil, uma organização não governamental de proteção à infância, pesquisou cerca de 12 mil estudantes de escolas brasileiras e constatou que 70% dos alunos pesquisados afirmaram ter sido vítimas dessa violência escolar. Outros 84% desse total apontaram suas escolas como violentas.

Destarte, a pertinência desse projeto de intervenção pedagógica se fundamenta na Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo território nacional. Resguardados por essa lei federal, entendemos que a prevenção e a erradicação ao *bullying* no contexto escolar devem ser iniciadas pela própria escola, a qual é corresponsável nos casos de *bullying*, pois é nesse contexto que os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na maioria das vezes. Deve haver a conscientização dessa prática entre os estudantes, mostrando os seus malefícios.

A escolha da modalidade EJA para o desenvolvimento do projeto justifica-se pela incidência de ocorrências de *bullying* entre os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, é relevante proporcionarmos à comunidade escolar recursos que sensibilizem por meio da educação, do diálogo e da tolerância. Pesquisas comprovam que, comumente, entre os estudantes dessa etapa educacional, ocorrem ações de intimidação sistemática.

Objetivo Geral

Implementar ações de discussão, prevenção e combate ao *bullying* junto aos estudantes do Ensino Fundamental I da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Objetivos Específicos

- » Estudar a Lei Federal nº 13.185 de 06 de novembro de 2015;
- » Identificar precocemente casos de *bullying*;

- » Criar espaços no interior da escola para escuta e discussão sobre o tema;
- » Orientar os estudantes da EJA acerca de prevenir e de combater a prática de *bullying* na escola, através de apresentações e atividades educativas, informativas e de conscientização;
- » Promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;
- » Levar os estudantes a refletirem sobre as possíveis consequências e problemas que uma vítima de *bullying* pode enfrentar na escola e, como consequência, ao longo de sua vida;

Metodologia

Este trabalho de intervenção pedagógica será realizado junto aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental da modalidade Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual de Ensino Fundamental, Médio e EJA Padre Miguelinho. As atividades serão desenvolvidas pelos professores sob a condução da Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar.

Durante o segundo e o terceiro bimestre do ano letivo em curso, o projeto será executado com a turma do Ciclo II da EJA, sendo desenvolvido entre os meses de abril e outubro. As atividades serão quinzenais.

As temáticas serão abordadas de maneira dinâmica e interativa, com a apresentação de palestras e envolvendo atividades em grupo, exposições de trabalhos, rodas de conversa, produção textual e atividades diversas em sala de aula.

Assim, por meio dessas ações, haverá uma busca pela compreensão do fenômeno, executando as ações para que possam amenizar o problema de violência na escola e da evasão escolar consequente, identificando possíveis alternativas para prevenir as atitudes de *bullying* na rotina escolar promovendo melhorias na gestão educacional e atratividade da EJA.

Desenvolvimento

As ações pedagógicas serão desenvolvidas quinzenalmente sob o formato de palestras de acordo com os conteúdos propostos elencados a seguir:

- » Definição do que é *bullying*;
- » Definição do que é o *cyberbullying*;
- » Características e problemáticas que envolvem as práticas de *bullying* e *cyberbullying* na escola;
- » Atitudes de enfrentamento ao *bullying* e *cyberbullying* no ambiente escolar;
- » Incentivo e a valorização da reciprocidade no ambiente escolar;
- » Desenvolvendo a empatia no ambiente escolar;
- » Abordando os valores humanos na escola (paz, solidariedade, união, justiça, amor, respeito, amizade).

As palestras terão a duração de no máximo uma hora e devem ser administradas de forma lúdica para engajar a atenção de todos os estudantes da EJA. As palestras serão ministradas por psicólogos e psicopedagogos convidados. Após a execução de cada palestra, serão realizadas rodas de conversas, em grupos repartidos, sob a orientação dos professores, para que se obtenha um *feedback* dos estudantes sobre a temática trabalhada no dia. Na semana posterior à apresentação da palestra, serão trabalhados em sala de aula atividades diversas sobre a temática abordada com a elaboração de trabalhos, cartazes e produção de texto.

Dessa forma, espera-se que seja proporcionado aos estudantes da EJA a compreensão e a reflexão das diversas violências físicas e morais criadas e executadas por esses como sujeitos de uma sociedade dinâmica em interações sociais na escola, na família e na sociedade. A perspectiva dialógica é a de gerar uma compreensão de responsabilidades compartilhadas para a produção de soluções coletivas para a vivência e o reconhecimento da multiculturalidade.

Recursos Didáticos

Recursos humanos

- » Gestão escolar e coordenação pedagógica;
- » Docentes;
- » Discentes;
- » Equipe de especialistas (psicopedagogo, psicólogo, supervisor e assistente social);
- » Funcionários administrativos.

Recursos materiais

- » Auditório;
- » Notebook;
- » Acesso à internet;
- » Pendriver;
- » Datashow;
- » Caixa de som amplificada;
- » Microfone;
- » Resma de papel;
- » Tesoura;
- » Cola;
- » Tinta;
- » Cartolina;
- » Apostilas “Chega de Bullying”;

Desafios e Potencialidades

Entre os desafios a serem enfrentados na execução do projeto, podemos indicar a dificuldade em promover o engajamento dos estudantes da EJA nas atividades propostas, sobretudo dos estudantes que praticam o *bullying*, considerando que alguns podem se recusar em participar com o receio de serem confrontados pelas suas práticas. Outrossim, também poderá ser um desafio o manejo posterior com os estudantes vítimas do *bullying*, entendendo que poderão ocorrer reações comportamentais diversas. Para isso, contaremos com a presença do psicólogo escolar para assistir a esses casos. Ademais, a temática do *bullying* em si é um grande desafio a ser trabalhado.

Como potencialidade, o conceito acerca do *bullying* será disseminado no ambiente escolar, criando espaços para a escuta e para a discussão sobre o tema e promovendo a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua. Para tanto, a finalidade última é que ocorra o enfrentamento ao *bullying* e a valorização da diversidade durante todo o ano escolar, para que as reflexões possam acontecer não apenas em períodos, aulas ou atividades específicas.

Considerações Finais

Com a execução deste projeto de prevenção e combate ao *bullying* na unidade escolar, almeja-se que aconteça uma transformação na conduta dos estudantes da modalidade EJA, ocasionando uma plena conscientização sobre o tema e a formação de vínculos que promovam a prática dos valores humanos no ambiente educacional.

É necessário que todas as escolas incluam em seus projetos políticos pedagógicos conceitos sobre as práticas de cidadania e dos direitos humanos, em relação ao problema do *bullying* e suas consequências, para todos os envolvidos na comunidade escolar com a implementação e disseminação de ações educativas de conscientização e de informação sobre o *bullying*.

Dessa forma, torna-se indispensável que, após a execução desse projeto, os professores e demais membros da equipe escolar prossigam nas ações de prevenção às práticas de *bullying* no âmbito escolar, engajando as famílias nesse processo de ensino-aprendizagem, haja vista que é necessário que se estabeleça uma parceria da instituição escolar com as famílias e com os demais setores da sociedade que lutam pela redução da violência na rotina escolar.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 de nov. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em: 07 set. 2024.

FANTE, C. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. São Paulo: Versus, 2011.

REIS, T. T; CONCEIÇÃO, M. I. Violência nas escolas: tendências mundiais. In: AMPARO, D. M. et al (Org). **Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais**. Brasília: Liber Livro e Editora Universidade de Brasília, 2012.

TEIXEIRA, G. *Bullying*. In: _____. (Org.). **Manual dos transtornos escolares: Entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bestseller, 2014. p. 27-39.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RECONHECENDO E VALORIZANDO A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ladjane de Lima e Silva Souza⁵

Mônica Brandão⁶

Suzy Nascimento Calisto Almeida⁷

Introdução

A motivação para a realização desse plano de intervenção pedagógica voltado para as relações étnico-raciais surgiu da experiência das autoras na Educação de Jovens e Adultos (doravante EJA). Abordar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em nosso país é apontar para um campo educacional marcado pelas desigualdades inerentes à sua própria configuração como modalidade de ensino. Uma modalidade de ensino que se configurou devido à fragilidade de outro direito, o direito à educação escolar no tempo certo. Esse campo educacional também vem envolto da falta de políticas públicas, pela luta dos diversos coletivos, dos movimentos sociais e da diversidade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2023) apontam que a maioria dos matriculados são principalmente de pessoas negras (pretas e/ou pardas), mesmo constatando uma queda das matrículas de modo geral em nosso país. Logo, esses dados nos convocam a compreender/desenvolver práxis para as relações étnico-raciais (Freire, 1993, 1997; Silva, 2009; Gomes, 2011; Passos, 2018), no meio escolar da EJA no Ensino Fundamental II.

Passos (2018) aponta para o tratamento desigual destinado à população negra no processo de escolarização e para a importância de incluir os conhecimentos sobre a educação das relações étnico-raciais e sobre a história e as culturas afro-brasileira e africana, protagonizada pelo movimento negro. Gomes (2011) trata dos sujeitos da EJA e da dimensão étnico-racial dos sujeitos majoritariamente negros e excluídos. Natalino Neves Silva (2009) aponta a necessidade de estudos em relação a EJA e seus

5 Graduada em História pela CESVASF; Pós Graduada em Programação de Ensino de História pela UPE FFPP e Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

6 Graduada em Letras-Português pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestra em Linguagens e Letramento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Letras: Português e Literatura e Gestão Integradora (supervisão, inspeção, administração, orientação) pelo IPEMIG, pós graduada em Língua Portuguesa, Compreensão e Produção de Textos pela Faculdade São Luís. Professora da Educação Básica nas redes municipais de Sabará e Belo Horizonte (MG) no Ensino Fundamental II e na EJA. Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos do município de Sabará.

7 Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP). Graduada em Letras-Português/Libras pelo Centro Universitário Unifatecie. Pós-graduada em Educação Especial - Atendimento às necessidades Especiais pelo Centro Universitário Unifatecie.

sujeitos, analisando esses sujeitos para além de um aluno, mas para a diversidade que os tomam e sinaliza a importância de outros estudos baseado na EJA, na juventude e nas relações raciais.

Nesses espaços de saberes, é necessário que o fazer pedagógico, no seu processo de compreensão e sistematização de ensino, não atue de forma equivocada e reproduza o mesmo sistema pedagógico do ensino regular. Neste sentido, Freire (1993, p. 84) afirma que

planejar a prática significa ter uma ideia clara dos objetivos que queremos alcançar com ela. Significa ter um conhecimento em que vamos atuar, dos instrumentos e dos meios de que dispomos. Planejar a prática significa também saber com quem contamos para executá-la. Planejar significa prever os prazos, os diferentes momentos da ação que deve estar sempre sendo avaliada.

Nesse sentido, Freire (1997, p. 95) aponta que, como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Diante do exposto, é visível que, para o professor ajudar o seu educando, é preciso que ele ajude a ele mesmo, é preciso que o docente mude os ideais de que a escola precisa apenas transmitir conhecimento e veja a escola como um lugar de compartilhamento de experiências e desnude o paradigma de exclusão.

Minha presença de professor, que não se pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de romper (FREIRE, 1997, p. 98).

Pautar-se em um ensino transformador é remeter a uma educação de qualidade que promova a inclusão, a igualdade e a equidade. É enxergar o aluno como o sujeito-chave do seu aprendizado, daí a necessidade de acolhê-lo em suas diversas dimensões (política, sociocultural e emocional), aliando conhecimento e vivências, promovendo uma escolarização mais humanizada e contextualizada.

Justificativa

Alguns estudiosos sinalizam que os sujeitos da EJA têm raça/cor: a cor negra. Esse fator raça/cor é determinante para compreendermos como as práticas pedagógicas por meio das relações raciais podem minimizar ou não os efeitos do racismo na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental II.

Partindo desse pressuposto, percebe-se a necessidade de um plano de intervenção no qual se compreenda em que medida as práticas pedagógicas por meio das relações étnico-raciais podem diminuir o processo excludente do povo negro da sociedade e, consequentemente, do meio escolar.

Sendo assim, este plano de intervenção pedagógica é importante para adotar-se práxis pedagógicas voltadas para as relações raciais; logo, poderemos trazer contribuições para a prática pedagógica como um todo, mas essencialmente para as práxis que envolvam/envolvem as questões raciais e para as políticas públicas desta modalidade de ensino (EJA).

Objetivo Geral

Promover uma prática pedagógica voltada para as questões étnico-raciais de forma multidisciplinar no Ensino Fundamental II na Educação de Jovens e Adultos para mitigar o racismo no meio escolar.

Objetivos Específicos

- » Propiciar atividades pedagógicas que podem contribuir para a reflexão das causas do racismo e a mitigação do problema;
- » Desenvolver atividades multidisciplinares baseadas nas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08;
- » Averiguar a reprodução das desigualdades sociais no meio escolar;
- » Estabelecer ações que insiram o uso da biblioteca como prática frequente no espaço escolar da EJA;
- » Direcionar o conteúdo trabalhado em aulas para que os alunos tenham conhecimentos suficientes para resolver o problema proposto.

Metodologia

O plano de intervenção pedagógico voltado para as questões étnico-raciais objetiva mitigar o racismo dentro da escola e promover reflexões que auxiliem em ações para o combate do racismo em nossa sociedade. Este será desenvolvido por meio metodologias sociológicas para intervir na convivência social dos educandos a partir de análises qualitativas e quantitativas (entrevistas, observação direta, observação participante,

conversas, narrativas, etc). Esta metodologia promove a interdisciplinaridade, a integração e a complementação dos conteúdos entre as diferentes áreas do conhecimento, mesmo que aparentemente distintas.

As metodologias ativas de ensino também permearam este plano de intervenção porque os estudantes recorreram aos conhecimentos prévios e pesquisaram ativamente para solucionar o problema suscitado pelo professor.

As metodologias utilizadas proporcionam uma participação ativa dos estudantes para isso deve-se usar atividades diferenciadas das utilizadas no cotidiano, logo, todos os professores devem se engajar para promover um plano de intervenção coeso e transformador.

Desenvolvimento

No desenvolvimento do plano de intervenção serão realizadas, a princípio, oficinas sobre a temática com os professores para o compartilhamento de saberes entre os pares. Para Leite e Lohr (2012), assegurar um espaço para reflexão entre os docentes é essencial, todavia, se esse ambiente não for coordenado de forma favorável, a intenção pode não ser eficaz, e os resultados esperados não serão atingidos. Favorecer um lugar de troca de experiências entre educandos, aspirando ao acolhimento dos profissionais, visando a uma análise coletiva sobre as relações étnico-raciais, pode ser uma forma de se estabelecer oportunidades para que o docente incremente seus conhecimentos referentes à práxis, equipando-o para lidar com situações de abrangência de conflitos interpessoais no âmbito escolar que subjuguem o racismo.

» **Primeira oficina:** educação e relações interpessoais: a relação professor-aluno

A primeira oficina propõe uma reflexão a respeito da relação professor-aluno, e de como atuar com situações socioculturais dentro de sala de aula.

» **Segunda oficina:** abordagens de ensino em contexto de aprendizagem por meio das relações étnico-raciais: o cotidiano da sala de aula.

O Racismo é Perigoso na Educação das Crianças – Canal Preto

<https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLS&t=24s>

Programa Temas em Educação – Relações Étnico-Raciais e a Educação

<https://www.youtube.com/watch?v=Ula2K-MzysU&t=19s>

5 Fatos Sobre Racismo no Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=0Q6diw5kCjQ>

O segundo momento desse plano de intervenção pautar-se-á na elaboração de atividades que serão desenvolvidas especificamente para o público-alvo (EFII).

» **Leitura** de uma história que discuta e reflita sobre as relações étnico-raciais: *Minha mãe é negra, sim!* - Patricia Santana.

Sinopse: O garoto Eno é levado a se perguntar pela sua origem. Negro, ele percebe o preconceito da professora que sugere que Eno pinte o desenho da mãe, negra, de amarelo por ser uma cor mais bonita. Não pode haver tristeza maior para o seu coração. A mãe, que ele tanto amava e era tão linda! Mesmo triste, Eno procura saber no dicionário uma explicação para o preconceito. O dicionário não ajudou e ele seguia triste até que o avô tem uma conversa decisiva com ele.

- » **Pesquisa no dicionário** das seguintes palavras: racismo, preconceito. A seguir, prover uma discussão de situações cotidianas que reforçam o preconceito racial.
- » **Roda de conversa** a partir do cotidiano dos alunos, a fim de desconstruir o senso comum e as diversas situações que já vivenciaram o racismo na escola e/ou no meio social que vivem.
- » **Análise de dados:** apresentar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre a taxa de mortalidade, criminalidade, escolaridade e desemprego entre pretos/pardos, indígenas e brancos.

Racismo: Reportagem Especial Fantástico

<https://www.youtube.com/watch?v=jm9gQd9YDyc>

- » **Trabalhar a arte africana e indígena:** máscaras africanas (simetria); depois propor que cada um faça suas próprias máscaras;
- » **Explorar padrões geométricos:** os cestos e as cerâmicas indígenas, bem como as estampas africanas, permitem trabalhar os padrões;
- » Jogos africanos e indígenas: mancala;
- » **Dicussão sobre a escravidão negra no Brasil:** Vídeos: <https://www.geledes.org.br/plano-de-aula-a-verdade-sobre-a-escravidao-negra-no-brasil/>;
- » *Mural com a influência negra e indígena* (cultural, política, econômica, social) na sociedade brasileira;
- » **Medicina africana e indígena:** promover uma noite com chás medicinais originários da cultura/culinária africana e indígena (boldo, erva-doce, camomila, alcachofra, gengibre, erva-cidreira, etc);
- » **Análise de propagandas, músicas e filmes:**

Propagandas:

- » <https://apoia.se/papodepieta>
- » https://youtu.be/_d40d_xwdEM?si=7p_ZCcmTOiDMbuPx

Músicas:

- » <https://entretenimento.r7.com/musica/conheca-sete-musicas-condenadas-por-serem-politicamente-incorretas-05102019/>
- » <https://www.letras.mus.br/blog/musicas-racismo/>

Filmes:

- » *Quilombo;*
- » *Cidade de Deus;*
- » *O contador de história;*
- » *Estrelas além do tempo;*
- » *Olhos que condenam;*
- » *Doze anos de escravidão;*
- » *Malcom X;*
- » *Pantera Negra;*
- » *Mulher Rei.*

Recursos Didáticos Necessários

Para o desenvolvimento das atividades, será necessário o envolvimento de todo o corpo docente. Além disso, precisa-se dos seguintes materiais:

- » Textos selecionados de autores afro-brasileiros e africanos;
- » Notícias;
- » Reportagens;
- » Imagens;
- » Propagandas;
- » Xerox;
- » Datashow;
- » Filmes;
- » Vídeos sobre a temática;
- » Livros de escritores negros;
- » Lápis, caneta, papel, tecido, argila.

Desafios e Potencialidades

Para o desenvolvimento desse plano de intervenção, alguns percalços podem ocorrer, dentre eles, pode-se destacar a falta de formação e de informação de alguns docentes sobre a temática. Esta falta de informação e de formação pode ocasionar episódios de racismo e preconceito no contexto escolar, reproduzindo o sistema eurocêntrico que se perpetua há muitos anos em nossa sociedade. Muitas vezes, para evitar o conflito de opiniões no âmbito escolar, muitos educadores preferem não discuti-lo ou se posicionar em relação ao racismo. Sem o debate e a mediação, as escolas acabam neutralizando práticas discriminatórias.

Nesse segmento, Gomes (2006) faz referência à falta de preparação dos professores em relação à diversidade,

Aprender essa diversidade, conviver e enfrentá-la parece ser um receio da pedagogia e da educação escolar. Porque nós professores, ainda somos formados, como profissionais, para lidar com a uniformidade e com a homogeneidade. Essa pedagogia da homogeneidade esconde sempre atrás do discurso da igualdade, o qual sempre encontrou grande aceitação entre os docentes, de todos os segmentos: progressistas, conservadores, de diferentes crenças e posições ideológicas. (Gomes, 2006, p.29).

Diante dos casos de omissão, muitos movimentos crescem no país para fortalecer a implementação das leis nº 10.639/03 e 10.645/08 nas escolas. Fazer valer essas leis no currículo escolar é essencial para fomentar uma sociedade mais igualitária e com equidade, pois ajuda a desconstruir esses processos perversos que colocam os negros em uma situação desalentadora, iniqua e perigosa. Deve-se contar aos educandos a história que foi silenciada, que não foi contada.

A escola tem o dever de combater o preconceito e a discriminação. Nesse viés, muitos são os entraves encontrados na educação mediante diversidades culturais. Então, a escola, como parte integrante da sociedade, é o espaço mediador, e deve assim protagonizar um espaço de relações sociais equitativas, e uma mudança decolonial.

Considerações Finais

Diante do exposto neste plano de intervenção pedagógica, pode-se constatar que a discussão sobre a diversidade étnico-racial na escola, tem aumentado significativamente, mas lentamente, no entanto. Logo, é preciso iniciar quebrando as ideologias que omitem as singularidades dos educandos da EJA.

A escola, infelizmente, permanece sendo um dos espaços de ocultação do preconceito racial, sendo este subjacente e omissivo, apresentado por meio de representações sociais no que tange à discussão das questões étnicas e raciais.

Observando a heterogeneidade, muitos docentes, equivocadamente, permanecem com essa visão de que todos são iguais, subtraindo a diversidade cultural existente em sala de aula. Por conseguinte, a escola precisa avançar no que diz respeito aos debates perante a sociedade, convertendo-se em um lugar holístico para dialogar sobre as diversidades existentes, dado que a escola é uma organização que tem por objetivo promover a criticidade dos alunos. Todavia, é primordial que a diversidade cultural seja experimentada e reconhecida, não somente em um dia específico.

As discussões nesse cenário devem ser uma prática cotidiana, visto que é essencial transformar a mente dos sujeitos com relação às diferenças, uma vez que não adianta trabalhar a diversidade se as nossas ações divergem do que pretende a prática da heterogeneidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº **10.639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 03 set.2024

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1993.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997

GOMES, Nilma Lino. **Educação de Jovens e Adultos e questão racial**: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 p.87- 104

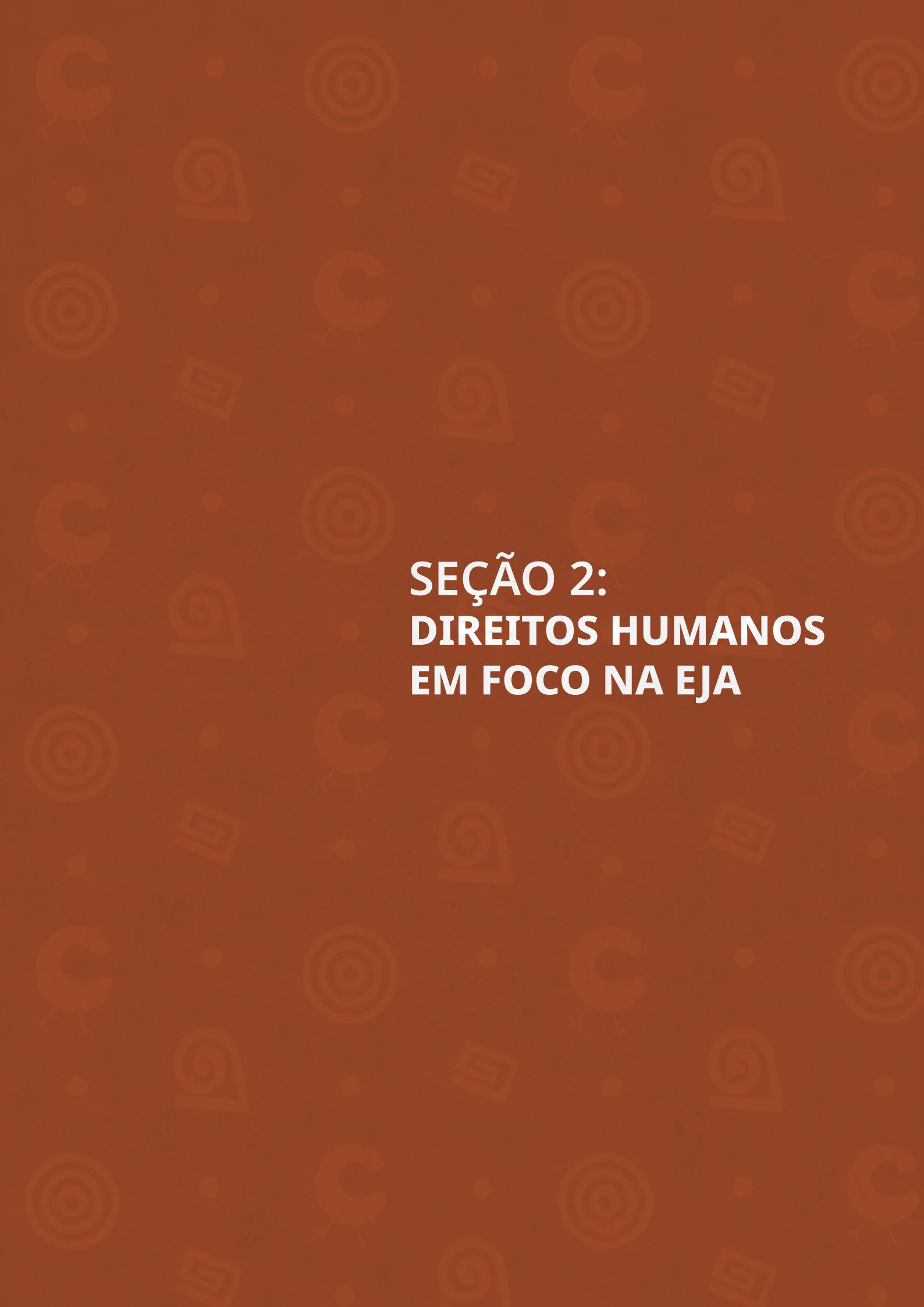
_____, Ana Paula Pereira. **Respondendo às perguntas de professores da rede pública sobre a questão racial**. In. ABRAMOWICZ, ANETE; BARBOSA, Lucia Mari de Assunção; VALTER, Roberto Silvério (orgs.) Educação como prática da diferença. São Paulo: Campinas, 2006. p. 123-130

LEITE, Célio Rodrigues; LÖHR, Suzane Schmidlin. **Conflitos professor-aluno**: uma. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 12, n. 36, p.575-590, 30 maio 2012. Disponível em: . Acesso em: 06 ago. 2024.

PASSOS, JOANA CÉLIA DOS; SANTOS, CARINA SANTIAGO DOS. A educação das relações étnico-raciais na EJA: Entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica. **Educação em Revista**, v. 34, p. e192251, 2018.

SANTANA. Patricia. **Minha mãe é negra sim!** Belo Horizonte, 2008.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude, EJA e Relações Raciais**: um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA. 2009.



SEÇÃO 2: DIREITOS HUMANOS EM FOCO NA EJA

DIREITO NA ESCOLA É DIREITO DOS ALUNOS

Núbia Oliveira Martins de Almeida⁸

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (artigo 37, *caput*, da Lei nº 9.394/1996). Atende a pessoas com mais de quinze anos no Ensino Fundamental (artigo 37, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 9.394/1996) e mais de dezoito anos no Ensino Médio (artigo 37, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.394/1996). Não há limite de idade, permitindo que qualquer indivíduo que não tenha concluído seus estudos na idade adequada possa acessar. Por essa razão, a EJA atende a um público extremamente diversificado, com singulares justificativas para o distanciamento do contexto escolar, com uma ampla gama de culturas, costumes, faixa etária, experiências de vida, realidades sociais, necessidades especiais, localização, experiências profissionais, entre outros fatores, demonstrando que as diferenças vão muito além da questão da idade.

Um denominador comum entre os alunos atendidos pela EJA é a baixa escolaridade, que muitas vezes os insere em um contexto de vulnerabilidade, especialmente no que diz respeito ao acesso e ao exercício de direitos fundamentais. Observou-se que essa condição dificulta o conhecimento sobre seus direitos e deveres, tornando-os mais suscetíveis a fraudes e manipulações comuns na sociedade atual.

A falta de compreensão sobre os direitos e os deveres dos educandos da EJA pode levar a sérios problemas, como a desinformação, a injustiças na aplicação de normas e à vulnerabilidade a abusos e exploração. Muitos desses estudantes, devido à sua baixa escolaridade, enfrentam dificuldades em reivindicar seus direitos e participar plenamente da vida cidadã. A falta de conhecimento sobre o assunto torna-os mais suscetíveis a fraudes e manipulações, prejudicando sua independência e segurança.

À vista disso, a desigualdade de oportunidades educacionais é uma realidade que perpetua a exclusão e a marginalização de muitos brasileiros, dificultando o acesso

8 Advogada (OAB/RJ 198.711). Professora de Língua Portuguesa da Rede Pública Municipal de Barra Mansa/RJ, a partir de setembro de 2024, lotada no CIEP 054 Municipalizado Professora Maria José Machado de Carvalho, ministrando aulas para os anos finais do Ensino Fundamental. Técnica de Informática. Palestrante. Conselheira Efetiva da Ordem dos Advogados do Brasil, 5ª Subseção de Volta Redonda, triênio 2022/2024. Presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil, 5ª Subseção de Volta Redonda, pela Portaria 028/2022, triênio 2022/2024. Vice-presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, biênio 2023/2025, na cidade de Volta Redonda, AISP 28.

à educação formal e limitando suas perspectivas de futuro. Cada vez mais, cresce a necessidade de políticas públicas consistentes que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas dos jovens e adultos envolvidos no processo de aprendizagem escolar, oportunizando um ambiente mais equitativo e inclusivo.

Diante disso, o presente plano de intervenção pedagógica visa promover a conscientização dos discentes da EJA no Ensino Médio, fortalecendo sua capacidade de compreender e se proteger contra essas situações. Com isso, busca-se aumentar a autonomia deles e contribuir para a criação de um ambiente coletivo mais justo e inclusivo, promovendo, assim, uma maior equidade social.

Portanto, a intervenção busca proporcionar aos alunos uma compreensão mais profunda de como seus direitos são garantidos e como podem ser exercidos no contexto social, além de incluir uma abordagem prática e teórica para ajudá-los a identificar e evitar “armadilhas”, reduzindo sua suscetibilidade a essas práticas.

Justificativa

A autora que submete este plano de intervenção pedagógica traz algumas inquietações sobre a temática surgidas em seu campo de atuação jurídica que direcionam à construção deste trabalho. Uma das experiências que inspirou a escrita desta proposta tem relação com o fato de ter percebido que a vulnerabilidade a fraudes e manipulações está frequentemente associada à baixa escolaridade. A falta de entendimento dos direitos e dos deveres básicos pode expor as pessoas a abusos e exploração, comprometendo sua liberdade de ação e dignidade.

Nesse contexto, a promoção da EJA vai além do aspecto educacional, tendo profundas repercussões nos direitos humanos e na justiça social. A EJA costuma atender a uma população que enfrenta desvantagens sociais, culturais e econômicas significativas, ou seja, atende àqueles que foram excluídos do sistema educacional convencional. Diante desse quadro, torna-se evidente a necessidade de um plano de intervenção pedagógica voltado para a conscientização e capacitação dos educandos da EJA acerca de seus direitos e deveres, bem como para o desenvolvimento de habilidades que lhes permitam identificar e evitar situações fraudulentas e prejudiciais à sua vida pessoal e financeira, especialmente no que se refere a transações que envolvem valores pecuniários.

É interessante proporcionar aos educandos a compreensão de seus direitos e deveres fundamentais, uma vez que o acesso a eles é essencial não apenas para o desenvolvimento pessoal, mas também para a promoção da justiça e da igualdade. Com a apresentação dessa temática nas escolas, é possível reduzir as desigualdades e fortalecer a cidadania plena. Dessa forma, a intervenção proposta visa preencher essa lacuna, oferecendo aos jovens e adultos ferramentas para compreender e reivindicar seus direitos, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa, além de blindá-los contra falcaturas.

Objetivo Geral

Capacitar os educandos da EJA do Ensino Médio para que compreendam e exerçam seus direitos de maneira plena e efetiva, tanto no âmbito educacional quanto fora dele, visando a promoção da justiça e da igualdade social, contribuindo para o empoderamento dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

Objetivos específicos

- » Proporcionar uma compreensão dos direitos e deveres dos alunos da EJA, destacando a importância de seu exercício no dia a dia;
- » Desenvolver atividades que permitam reconhecer e enfrentar possíveis violações de seus direitos;
- » Desenvolver habilidades práticas para identificar e evitar fraudes e manipulações que, frequentemente, estão associadas à baixa escolaridade;

- » Promover a autonomia dos alunos;
- » Fomentar um ambiente educacional mais justo e inclusivo, contribuindo para a equidade social.

Metodologia

A metodologia adotada será participativa e interativa, focando na reflexão e no engajamento dos discentes. Serão realizadas rodas de conversa, estudos de caso, simulações e debates para facilitar a compreensão e a aplicação prática de seus direitos e deveres. Atividades em grupo e individuais serão planejadas para explorar diferentes aspectos dos direitos e como aplicá-los em situações reais. Serão utilizados recursos audiovisuais e materiais informativos adaptados à realidade dos alunos, visando promover a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento. A abordagem teórica será complementada por atividades práticas para assegurar que os jovens e adultos desenvolvam habilidades para identificar e evitar fraudes e manipulações, reforçando sua capacidade de reivindicar e exercer seus direitos de forma segura e informada.

Desenvolvimento

O plano será desenvolvido por meio de uma série de módulos temáticos que abordarão os direitos dos alunos em diferentes contextos, como na escola, no trabalho e na sociedade. Cada módulo incluirá discussões, atividades práticas, simulações e estudos de caso, sempre com a orientação do professor como facilitador. Esse papel é crucial para garantir que eles se sintam à vontade para compartilhar suas experiências e expressar suas preocupações.

As atividades serão organizadas em grupos para promover a colaboração e a troca de ideias, além de permitir que os alunos identifiquem e discutam situações em que seus direitos possam ser violados. O uso de recursos audiovisuais, como vídeos e apresentações, ajudará a ilustrar conceitos de maneira acessível e engajante, estimulando a reflexão crítica e a análise de casos reais.

A criação de um ambiente seguro e respeitoso será fundamental para a efetividade do plano. Os participantes deverão sentir-se confortáveis para compartilhar suas vivências e desafios. Acompanhamento contínuo e devolutiva das atividades realizadas permitirão ajustes necessários para maximizar a aprendizagem e a aplicação dos direitos discutidos.

Recursos Didáticos Necessários

- » Materiais informativos sobre direitos dos alunos e cidadania, adaptados à realidade deles;
- » Recursos audiovisuais, como vídeos e apresentações;
- » Livros e artigos sobre direitos humanos e educação;

- » Ferramentas para atividades em grupo e discussões, como quadros brancos e marcadores;
- » Espaço para rodas de conversa e debates.

Desafios e Potencialidades

Os principais desafios do presente plano de intervenção pedagógica incluem a resistência à mudança e a dificuldade em adaptar os conceitos teóricos à realidade prática dos educandos. Ao contrário do público infantojuvenil, para o qual a pedagogia tradicional é direcionada, os adultos, por sua própria natureza, apresentam um grau superior de idade e maturidade. Em razão dessas características, os adultos tendem a ser mais independentes, responsáveis por suas próprias ações e intrinsecamente motivados. Todavia, eles possuem um acúmulo de conhecimento e experiência que pode tanto enriquecer quanto complicar o processo de aprendizagem. De maneira oposta, as crianças, especialmente em tenra idade, costumam demonstrar maior adaptabilidade a novas situações e uma propensão natural para a absorção de informações. Já os adultos constantemente apresentam comportamentos e personalidades profundamente enraizados e firmemente estabelecidos. Embora isso possa resultar em uma maior autoconsciência e uma capacidade potencialmente superior de focalizar, racionalizar e aplicar novas informações, também pode ocasionar resistência a novas formas de pensar e comportar-se.

Apesar desses desafios, a presente intervenção oferece grandes potencialidades pedagógicas, como o empoderamento dos discentes e o fortalecimento da cidadania. Assim, por meio da compreensão e aplicação dos direitos, eles poderão melhorar sua participação na escola e na sociedade, promovendo um ambiente mais justo e inclusivo.

Considerações Finais

Espera-se que a intervenção contribua para a formação de cidadãos mais conscientes e atuantes, capazes de compreender e reivindicar seus direitos, conforme previsto pela Constituição Federal e demais legislações vigentes. O conhecimento adquirido pode ser uma ferramenta poderosa para que os alunos da EJA se tornem protagonistas de suas histórias, combatendo a vulnerabilidade social e a exclusão. Acredita-se que, ao promover o conhecimento, a intervenção contribuirá para um ambiente coletivo mais equitativo e respeitoso, além de fortalecer a autonomia e a justiça social.

Por fim, a experiência acumulada ao longo da execução deste plano servirá como um alicerce para futuras intervenções, enriquecendo a prática pedagógica e contribuindo para a contínua reflexão sobre a importância da EJA na promoção da inclusão e da equidade social. Assim, espera-se que inspire mudanças na vida dos jovens e adultos e também nas estruturas educacionais e sociais que os cercam. Somente assim será possível garantir que a educação cumpra seu papel emancipatório, habilitando esses cidadãos ao pleno exercício de seus direitos e ao cumprimento de seus deveres, conforme o ordenamento jurídico brasileiro.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 05 set. 2024.

FERREIRA, Aline Tátia; MEIRA, Alice. **Aula: Sujeitos da EJA**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QJQ0BxXy2lQ&t=879s>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GARCIA, Renata Monteiro; SILVA, Marluce Pereira. **EJA, Diversidade e Inclusão: reflexões (im)pertinentes**. Disponível em: <https://virtual2.ifnmg.edu.br/pluginfile.php/581397/mod_resource/content/1/EJA%2C%20diversidade%20e%20inclus%C3%A3o%20-%20reflex%C3%B5es%20%28im%29pertinentes.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

HEEREN, Marcelo Velloso. **Eliezer Pacheco – Institutos Federais**, YouTube, 11 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fjRCZ-07vbK>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

Ministério da Educação. **EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio**. Boletim 16, Setembro 2006, Disponível em: <https://virtual2.ifnmg.edu.br/pluginfile.php/580071/mod_resource/content/1/ilovepdf_merged%20%281%29.pdf>, p. 03-53. Acesso em: 11 jun. 2024.

NORTEJA, Estratégias de Ensino para EJA. **Estratégia de Ensino para EJA na perspectiva da integração de conhecimentos**. Disponível em: <https://virtual2.ifnmg.edu.br/pluginfile.php/581447/mod_resource/content/11/Livro%20Final.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

TV CULTURA. **Paulo Freire, 100 anos | Documentário**, YouTube, 18 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tG_pVkhzr1c>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ESTUDANTES JOVENS ADULTOS NO ENSINO MÉDIO, PARA MATÉRIA DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS

Rubem José Bruno Sampaio

Introdução

É de extrema importância que as pessoas conheçam seus direitos fundamentais e básicos desde os primeiros anos de vida. A Constituição Federal e as leis são como “manuais de instrução” da sociedade. Como educador jurídico, entendo que, além de ser possível ensinar esse conhecimento para todas as pessoas, ele é essencial.

Afastando o excesso de tecnicismo acadêmico e trazendo a didática e a linguagem acessível aprendidas nos estudos para o ensino, podemos transmitir direitos de forma acessível para todas as pessoas, gerando inclusão. Nos meios de comunicação e nas redes sociais, entendo que, além de ser possível, é necessário que os estudantes do Ensino Médio tenham aulas de direitos básicos, como Direito Constitucional. Esse entendimento tem sido reforçado nos ensinamentos deste curso, assim como na minha vivência como educador jurídico.

Ainda não tive a oportunidade de lecionar a matéria em sala de aula, porém, como prático a educomunicação, ensinando direitos em programas de rádio e redes sociais, escolhi elaborar um plano de intervenção para a matéria de direitos fundamentais para jovens e adultos do Ensino Médio, pois reitero que minha vivência ensinando direitos de forma acessível mostra que isso é possível, inclusivo e empoderador.

Por meio de conversas, procuraria, junto aos alunos, conhecer a realidade deles (trabalho, família, cotidiano) e, em seguida, faria a provocação, para que explicassem o que eles entendem por direitos fundamentais, a partir disso, com fundamentos na andragogia, usaria meus conhecimentos técnicos e, com a escuta da vivência desses alunos, demonstraria a presença (ou a ausência) desses direitos fundamentais, dentro da realidade deles, para tornar o conhecimento didático e demonstrar a existência e a importância do conhecimento desses direitos na vida deles.

Justificativa

Sou advogado e educador jurídico e minha trajetória até chegar a essas funções foi marcada por experiências pessoais de luta por sustento e conquistas de objetivos, em meio a dificuldades econômicas.

Conforme fui estudando e ganhando conhecimentos jurídicos, percebi que boa parte das dificuldades e obstáculos que enfrentei foram frutos da falta de conhecimento dos meus direitos, assim, se soubesse que existiam, eu conseguiria buscar a justiça e ter acesso a coisas que não tive oportunidade de ter ou que só fui alcançar depois de estudar.

Os direitos constitucionais fundamentais são nossos principais direitos, que originam tantas outras leis e normas; tendo essa base, conseguimos identificar uma grande quantidade de direitos.

A falta de conhecimento não estava relacionada somente à falta de acessibilidade aos saberes jurídicos, mas também à linguagem muito técnica dos conteúdos disponíveis na busca da elucidação desses direitos, o que dificulta o entendimento das pessoas.

Essa realidade que experimentei é a realidade de inúmeras pessoas, independentemente da idade; por isso, temos que trabalhar para que outros jovens e outros adultos não passem por essa segregação social.

Sou educador jurídico faço uso da educomunicação para ensinar direitos às pessoas por meio de programas de rádio, programas de web rádio e de redes sociais, nos quais o público alvo são pessoas adultas de diversas idades e faço isso de forma acessível, simples e com a andragogia como abordagem educacional, que faz com que as pessoas entendam, se sintam interessadas e coloquem em prática imediatamente; venho tendo retorno positivo, com relatos de resolução de problemas, conhecimentos de direitos e mudanças de realidades; logo, a implantação em sala de aula é totalmente possível e cumpre o principal objetivo de inclusão.

Objetivo Geral

Promover o conhecimento dos direitos constitucionais fundamentais de jovens e adultos como forma de inclusão e empoderamento do educando.

Objetivos Específicos

- » Disseminação dos conhecimentos de forma acessível e inclusiva;
- » Promover o conhecimento dos direitos constitucionais fundamentais de jovens e adultos como forma de inclusão e empoderamento do educando;
- » Demonstrar para o educando que ele é uma pessoa que tem direitos e tem a capacidade de conhecê-los e exercê-los.

Metodologia

O ensino de direitos fundamentais constitucionais será aplicado com a abordagem educacional da andragogia, lançando mão de recursos como a escuta ativa, por meio de rodas de conversas para demonstrar, com a vivência dos educandos, os direitos fundamentais presentes nas situações de seu dia a dia, demonstrando assim a importância do conteúdo ensinado e a sua relevância.

Fazer da sala de aula um ambiente de acolhimento e de trocas de experiências, sob orientação, demonstrando aplicação prática, possível e exequível, ou seja, que seja completamente possível e aplicável, mesmo com dificuldades financeiras e de compreensão; demonstrar que o educando é um agente de direitos, que pode usufruí-los e, quando não for possível, que pode procurar esferas administrativas de resolução de problemas, assim como a procura do Judiciário, por meio de um advogado e até mesmo de um defensor público.

Desenvolvimento

A primeira abordagem a ser adotada é perguntar aos alunos se eles conhecem ou já ouviram o que é a Constituição Federal e o que são direitos fundamentais; neste primeiro momento, sem qualquer intervenção, apenas ouvindo o que cada pensa, deixando expressar o que sabem, o que acham, onde e como ouviram a respeito desses direitos e da Constituição Federal, de forma que deixe os educandos o mais confortável possível.

A função da escuta ativa é fazer um primeiro diagnóstico sobre o perfil dos alunos, verificar se sabem algo sobre a matéria, o que sabem sobre ela, o que precisam saber e analisar qual abordagem mais atrativa e agradável para os educandos.

Contaria de forma simples aos alunos a história da Constituição Federal de 1988, levando um exemplar escrito e, a depender das circunstâncias e da realidade, caso seja uma turma com acesso e familiaridade com celular, proporia acesso à versão online da Constituição.

O próximo ponto a ser abordado é explicar de forma simples o que são direitos fundamentais e onde eles estão na Constituição Federal, e listaria cada um deles que são:

- » Direitos individuais e coletivos (artigo 5º);
- » Direitos sociais (artigos 6º a 11);
- » Direitos de nacionalidade (artigos 12 e 13);
- » Direitos políticos (artigos 14 a 17).

Depois de uma breve leitura dos principais artigos, tornarei a abordar os alunos, questionando se, dentro do que foi lido, eles conseguiram identificar os direitos fundamentais em sua vida, e questionaria se eles já foram ou estão sendo privados desses direitos.

A próxima etapa é dedicar-me novamente à uma escuta ativa, com relatos, desabafos, anseios e dúvidas; direitos, embora aparentemente seja algo muito técnico, quando as pessoas conhecem e identificam ausências de direitos, isso gera emoções.

Com cada exemplo e história, passaria a indicar, dentro de cada relato, exemplos dos direitos fundamentais naquelas vivências.

Será dedicada uma aula com explicações de resoluções de conflitos para eliminar o cerceamento de direitos pelos meios disponíveis, sem a judicialização.

Outra aula será direcionada aos meios de se ter acesso à justiça das formas possíveis, inclusive de forma gratuita.

Recursos Didáticos Necessários

- » Livro físico da Constituição Federal;
- » Caso os alunos tenham à disposição um celular com internet, o uso dessa ferramenta;
- » Se houver a disponibilidade, computador e projetor para explorar vídeos, músicas e conteúdos;
- » Cartilha didática.

Desafios e Potencialidades

Os desafios que podem surgir são a resistência no interesse em direito constitucional; somente o nome já gera uma rejeição inicial nas pessoas, pela errada impressão de que o direito é somente voltado para juristas, que é um tema maçante ou de pouca aplicabilidade na realidade. A timidez que por vezes toma os alunos em relação à escuta ativa, também é um ponto que costuma ser observado; contudo, é possível afastarmos a resistência.

Porém, esses dois desafios são contornados, primeiro, com demonstração que os direitos fundamentais dentro do cotidiano do educando, tornando-os ,assim, atrativos, interessantes e relevantes.

A timidez dos educandos também é contornada com um ambiente amistoso, sem censura, aliado ao interesse que o direito naturalmente desperta, com a identificação pelos alunos de que esses direitos de fato fazem parte de seu dia a dia e, principalmente, que em muitas circunstâncias é possível recuperar o tempo perdido.

Além das potencialidades que mencionamos, vislumbro uma imensa possibilidade de vidas transformadas com a transmissão acessível do direito, pois as pessoas poderão estabelecer direitos que não conhecem ou restabelecer perdidos.

Considerações Finais

Por meio de roda de conversas, pretendo conhecer a realidade dos educandos e levar compreensão dos direitos fundamentais. Com base na andragogia, com meus conhecimentos técnicos e a escuta atenta das experiências desses alunos, espero evidenciar a presença ou a falta desses direitos em seu cotidiano. O objetivo é transformar esse conhecimento em uma abordagem didática, ressaltando a relevância de entender esses direitos na vida deles, pois é crucial que os indivíduos compreendam seus direitos.

Eliminando o excesso de jargões acadêmicos e utilizando uma abordagem didática com uma linguagem mais clara, conseguimos transmitir os direitos de maneira compreensível para todos, promovendo a inclusão. Nos canais de comunicação e nas redes sociais, acredito que é viável que, no ensino médio, sejam oferecidas aulas sobre direitos fundamentais, como o direito constitucional.

Além das oportunidades que já discutimos, vejo um grande potencial para a transformação de vidas, com a disponibilização do direito de forma acessível, permitindo que as pessoas conheçam direitos que ignoram ou reconquistem aqueles que perderam.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 8 de agosto 2024.

KNOWLES, Malcolm Shepherd. **Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa**. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/23769912/Aprendizagem_de_Resultados_Malcolm_Knowle . Acesso em 28 setembro 2024.

REALE, Miguel – **Lições preliminares de direito**. 27ª ed.- São Paulo , Saraiva, 2012.

LIBERDADE: E AGORA, O QUE EU FAÇO?

Victoria Domingues Soares da Silva⁹

Sthefany Christie Barbosa Santos¹⁰

Introdução

A Constituição Federal do Brasil de 1988 assegura o direito à educação, incluindo a educação de jovens e adultos, e, em seu Artigo 205, estabelece que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, art. 205).

A relação entre a EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com foco no tema da liberdade, é significativa, já que a educação é reconhecida como um direito fundamental, essencial para o exercício pleno da liberdade individual e coletiva.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um marco histórico na defesa dos direitos humanos, incluindo a liberdade. Em seu artigo 1º, versa que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.” (NAÇÕES UNIDAS, 1948, Art. 21). A partir do conceito de liberdade, o projeto busca incentivar o desenvolvimento de autonomia, autoconhecimento e a capacidade de fazer escolhas conscientes, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Essa abordagem permite que os estudantes resgatem o sentido de liberdade em suas vidas, muitas vezes limitado por circunstâncias sociais, econômicas ou culturais, promovendo o empoderamento e a construção de um futuro mais pleno e significativo.

Quanto aos autores que dialogam com esta perspectiva de liberdade, podemos destacar o trabalho de Paulo Freire. Sua visão de educação como prática de liberdade está alinhada com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois defende uma pedagogia que não apenas ensine conteúdos, mas promova a conscientização e a emancipação dos sujeitos. Para Freire, educar é criar condições para que os indivíduos, através do conhecimento, possam se libertar de situações de opressão e exercer plenamente sua cidadania. E ainda, o autor Jean-Paul Sartre. Sartre é uma referência central no estudo da liberdade a partir de uma perspectiva existencialista. Ele argumenta que a liberdade é uma condição fundamental da existência humana,

⁹ Victoria Domingues Soares da Silva, Graduada em direito pela ALFAUNIPAC de Teófilo Otoni -MG.

¹⁰ Sthefany Christie Barbosa Santos, estudante de graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia, no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Salinas.

uma vez que somos livres para escolher nossas ações, mas, ao mesmo tempo, somos responsáveis por essas escolhas.

A educação na EJA não apenas resgata o direito dos indivíduos ao aprendizado, mas também expande suas liberdades pessoais, como a capacidade de participar ativamente na vida social, política e econômica. Ao garantir esse direito, a EJA cumpre o papel fundamental de permitir que os estudantes adquiram consciência crítica e possam, assim, agir de maneira mais livre e autônoma em suas vidas. Nesse sentido, apresenta-se como problema desse projeto de intervenção a seguinte questão: **Como a EJA contribui para o desenvolvimento da autonomia pessoal, participação cidadã e emancipação social dos alunos, alinhando-se aos princípios da liberdade estabelecidos na Declaração dos Direitos Humanos?**

Justificativa

O tema liberdade foi escolhido por sua relevância na formação crítica e cidadã dos estudantes, abordando questões como responsabilidade individual e impacto coletivo. Em um contexto de desafios contemporâneos, como a liberdade de expressão e os direitos civis, é essencial que os jovens reflitam sobre as implicações éticas e sociais da liberdade.

No Ensino Médio, os alunos estão em um processo de construção de identidade e autonomia. Muitos ainda têm uma compreensão limitada sobre o conceito de liberdade, sendo necessário ajudá-los a ampliar essa visão e entender a responsabilidade que a liberdade implica, preparando-os para uma convivência mais respeitosa e consciente.

A intervenção pode ser realizada por meio de metodologias ativas (debates, dinâmicas e estudos de caso) e de uma abordagem interdisciplinar, que envolva filosofia, sociologia e história. O uso de recursos audiovisuais, como filmes e músicas, também facilita a compreensão e aumenta o engajamento dos alunos.

O tema promove a empatia e o respeito às diferenças, essenciais para a inclusão. Ao discutir liberdade, estimula-se a aceitação da diversidade, fortalecendo um ambiente escolar mais acolhedor. A intervenção pode ser adaptada para garantir a participação de todos os estudantes, respeitando suas necessidades.

Objetivo Geral

Promover uma reflexão crítica sobre o conceito de liberdade, suas limitações e suas implicações na vida social, política e ética dos indivíduos.

Objetivos Específicos

- » Desenvolver a capacidade dos alunos de argumentar sobre o conceito de liberdade;
- » Analisar diferentes perspectivas filosóficas e culturais sobre o tema;
- » Relacionar o conceito de liberdade com dilemas contemporâneos (como redes sociais, fake news, democracia, etc);
- » Estimular o senso de responsabilidade ligado ao exercício da liberdade individual.

Metodologia

Em um projeto de intervenção na EJA (Educação de Jovens e Adultos), é essencial escolher metodologias que favoreçam a participação ativa dos alunos, respeitem suas trajetórias e promovam a construção coletiva do conhecimento. A metodologia escolhida para este projeto de intervenção foi a metodologia participativa, realizada por meio de rodas de conversa, discussões de situação-problema, debates e atividades onde os alunos escolhem os temas e participam da tomada de decisões. Essa metodologia envolve os alunos como protagonistas do processo educativo, incentivando a

participação ativa em todas as etapas do projeto, promovendo a autonomia, a valorização da experiência de vida dos estudantes e o desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora.

Baseada nos princípios de Paulo Freire, essa metodologia valoriza o diálogo, a conscientização e o respeito pelas experiências dos alunos. O ensino é dialógico, com ênfase na leitura crítica da realidade, visando libertar os alunos de práticas opressivas e promover a emancipação, incentivando o pensamento crítico e a transformação social. Essa metodologia, ao ser aplicada em um projeto de intervenção na EJA, permite criar um ambiente de aprendizado que valoriza a participação ativa dos estudantes, respeita suas experiências de vida e promove a reflexão crítica, contribuindo para o desenvolvimento da liberdade e da cidadania.

Desenvolvimento

Para abertura do tema, pretende-se expor uma situação-problema prática, apresentando um dilema ético envolvendo liberdade, como: “uma pessoa deve ter total liberdade de expressão, mesmo que suas palavras possam incitar violência ou preconceito?”. Depois, dividir a turma em grupos para discutir as diferentes respostas a essa questão. Esta primeira parte pode durar cerca de 20 minutos.

Na segunda parte, uma discussão teórica introduzindo teorias filosóficas que lidam com a questão da liberdade, como: Jean-Paul Sartre (liberdade e responsabilidade existencial); John Stuart Mill (liberdade individual e limites no contexto social); Thomas Hobbes (liberdade e segurança no estado de natureza) e finalizando com uma breve apresentação dos exemplos cotidianos que relacionem essas teorias ao mundo moderno. Esta parte durará cerca de 30 minutos.

A terceira parte será uma atividade prática, por meio da qual será proposta uma atividade criativa como produção de texto ou debate em sala: cada grupo apresenta sua posição inicial sobre a questão proposta no início, agora à luz das teorias estudadas.

Simulação de uma situação social: os grupos simularão decisões em uma sociedade fictícia em que tenham que balancear liberdade individual e bem-estar coletivo (por exemplo, na criação de leis). Esta parte pode durar entre 30 a 45 minutos.

Os recursos multimídia também podem ser de grande valia. Ao utilizar filmes ou músicas para ilustrar as tensões entre liberdade e determinação, faz com que além de ilustrativo, a intervenção se mostra ainda mais dinâmica e motivadora. Exemplo: filme: “Matrix” ou “A Vida de David Gale” podem servir para ilustrar dilemas filosóficos sobre liberdade e controle. Música: Use músicas

que abordem o tema, como “Another Brick in the Wall” (Pink Floyd), para discutir liberdade e controle no sistema educacional.

Por fim, é necessário a aplicação de uma avaliação final. Os alunos podem escrever uma pequena reflexão sobre como entendem a liberdade após a discussão. Eles podem responder à pergunta: “Existe liberdade plena? Como equilibrar liberdade e responsabilidade?”

Recursos Didáticos Necessários

- » Caderno, caneta, lápis, borracha, marcador;
- » Artigos sobre o tema, apostilas impressas, recortes de jornais;
- » Cartilha sobre o tema;
- » Televisão, celular, caixinha de som.

Desafios e Potencialidades

Alguns alunos podem ter dificuldades em questionar suas próprias ideias sobre liberdade ou em adotar uma postura crítica, especialmente se possuem uma compreensão mais simplista ou individualista do conceito. Para superar essa resistência, é preciso criar um ambiente de respeito e confiança, onde os alunos se sintam seguros para expressar suas opiniões e ouvir perspectivas diferentes, o que auxiliará no desenvolvimento do pensamento crítico.

O conceito de liberdade, muitas vezes, pode parecer muito abstrato ou distante da realidade dos alunos. Isso pode gerar desinteresse ou falta de engajamento. O uso de exemplos concretos, casos contemporâneos, filmes e situações práticas que conectem a ideia de liberdade com questões do dia a dia pode facilitar essa compreensão e tornar o tema mais acessível.

Outro desafio pode ser o conflito de opiniões. Discussões sobre liberdade frequentemente envolvem temas polêmicos (como liberdade de expressão, limites éticos, democracia, etc.), o que pode gerar debates acalorados e, em alguns casos, conflitos entre os alunos. Estabelecer regras claras de respeito e diálogo antes das discussões, promovendo uma cultura de debate saudável, onde opiniões diferentes são respeitadas, ajudará a evitar conflitos desnecessários. Muitos alunos podem ter dificuldade em entender que a liberdade está diretamente ligada à responsabilidade e que suas escolhas individuais impactam o coletivo.

Para lidar com isso, pode-se fazer atividades que exemplificam essa relação na prática, como simulações sociais ou jogos de papéis, pode ajudar a demonstrar de forma mais clara o impacto das decisões individuais em uma sociedade, contribuindo assim para a

formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, capazes de entender a importância de suas ações no contexto coletivo.

Considerações Finais

A aplicação de um projeto de intervenção voltado para a EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com foco na liberdade, revela-se uma ferramenta poderosa para promover a emancipação e a cidadania dos alunos. Através de metodologias participativas, o projeto possibilita que os alunos adquiram consciência crítica sobre seus direitos, exercitando sua autonomia e desenvolvendo habilidades para uma maior integração social e econômica. Espera-se que, após a discussão sobre o conceito de liberdade no contexto da EJA (Educação de Jovens e Adultos), o aluno compreenda de maneira mais profunda seu protagonismo na construção de sua própria liberdade e cidadania. O estudante passa a entender que a liberdade não é apenas um direito abstrato, mas um elemento concreto e transformador de sua vida cotidiana. O aluno deve reconhecer que, ao se apropriar de seu direito à educação, ele exerce sua autonomia e capacidade de decisão, participando ativamente das mudanças em sua vida e em sua comunidade. Ao final, um projeto bem-sucedido reflete a capacidade da educação de jovens e adultos de ultrapassar a simples transmissão de conteúdos, promovendo um aprendizado significativo que respeita às experiências de vida dos alunos, fortalece a cidadania e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A liberdade, neste contexto, é exercida não apenas no âmbito individual, mas como um direito coletivo que transforma tanto os educandos quanto suas comunidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em : <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: Setembro/2024.

**SEÇÃO 3:
A AMPLIAÇÃO DE
OPORTUNIDADES
E INCLUSÃO
SOCIOPRODUTIVA
DE JOVENS E
ADULTOS**

DO SONHO AO SUCESSO: GESTÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS

Elizângela Soares da Costa¹¹

Introdução

Este plano de intervenção pedagógica tem como objetivo principal empoderar os alunos da EJA do Ensino Médio com conhecimentos básicos de gestão empresarial, preparando-os para o mundo do trabalho e incentivando a criação de seus próprios negócios. Através de atividades práticas e teóricas, os estudantes serão capazes de desenvolver habilidades essenciais para a gestão de pequenos negócios, como planejamento, organização, controle financeiro e atendimento ao cliente.

Acreditamos que, ao oferecer uma formação em gestão empresarial, estamos proporcionando aos alunos da EJA a oportunidade de transformar seus sonhos em realidade, seja abrindo o próprio negócio ou buscando melhores oportunidades no mercado de trabalho. Este projeto busca estimular o empreendedorismo, a autonomia e a geração de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

¹¹ Profissional formada em Administração pela Faculdade de Pitágoras, com especialização em Perícia e Auditoria ambiental pela UNINTER, MBA em logística e Engenharia de Produção pela INEX e com especialização em Docência em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFMA

Justificativa

A escolha do tema se justifica pela necessidade de oferecer aos alunos da EJA uma formação mais completa e que os prepare para os desafios do mundo contemporâneo. Ao desenvolver habilidades de gestão empresarial, os estudantes estarão mais aptos a tomar decisões, resolver problemas e alcançar seus objetivos. Além disso, o empreendedorismo é uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico e social, e, ao incentivar a criação de pequenos negócios, estamos contribuindo para a geração de emprego e renda.

Objetivo Geral

Desenvolver nos alunos da EJA competências básicas de gestão empresarial, estimulando o pensamento crítico, a tomada de decisões e a proatividade, com foco na criação e gestão de pequenos negócios.

Objetivos Específicos

- » Dominar as ferramentas de gestão empresarial;
- » Desenvolver habilidades de liderança e trabalho em equipe;
- » Analisar o mercado e identificar oportunidades de negócio;
- » Construir uma mentalidade empreendedora.

Metodologia

A metodologia utilizada será baseada na aprendizagem ativa, com a utilização de diversas estratégias pedagógicas, como:

- » **Estudo de casos:** análise de casos reais de pequenos negócios de sucesso e de fracassos, identificando os fatores que influenciaram os resultados;
- » **Simulações de negócios:** criação de empresas simuladas para que os alunos possam colocar em prática os conhecimentos adquiridos;
- » **Visitas a empresas:** conhecimento das práticas de gestão em diferentes tipos de empresas;
- » **Palestras com empreendedores locais:** compartilhamento de experiências e dicas para o sucesso no mundo dos negócios;
- » **Trabalhos em grupo:** desenvolvimento de projetos colaborativos que estimulem o trabalho em equipe e a resolução de problemas;
- » **Utilização de ferramentas online:** emprego de planilhas eletrônicas, plataformas de apresentação e outras ferramentas digitais para facilitar o acesso à informação e a colaboração entre os alunos.

Desenvolvimento

As aulas serão divididas em módulos, abordando temas como:

- » **Introdução ao empreendedorismo:** conceitos básicos, tipos de empreendedorismo, perfil do empreendedor;
- » **Planejamento de negócios:** análise de mercado, elaboração de plano de negócios, definição de objetivos e metas;
- » **Gestão financeira básica:** orçamento, fluxo de caixa, análise de investimentos e análise de indicadores financeiros;
- » **Marketing para pequenos negócios:** estratégias de marketing, divulgação, atendimento ao cliente;
- » **Legislação empresarial:** introdução às leis e normas que regulamentam as atividades empresariais, elaboração de contratos simples para proteger os interesses do negócio e orientar sobre os procedimentos para registrar uma empresa e escolher o tipo societário mais adequado.

Recursos Didáticos Necessários

Para o desenvolvimento deste plano, serão utilizados os seguintes meios didáticos:

- » Livros e artigos sobre gestão de pequenos negócios e empreendedorismo;
- » Planilhas para elaboração de planos de negócios, controle financeiro e análise de dados;
- » Cartilhas e manuais informativos sobre legislação empresarial, direitos do consumidor e outros temas relevantes;
- » Jogos e atividades para facilitar o aprendizado e a fixação dos conteúdos;
- » Plataformas online, como Moodle ou outras, para a criação de materiais didáticos, atividades e fóruns de discussão;
- » Softwares de planilhas eletrônicas (Excel), apresentações (PowerPoint), criação de gráficos e design (Canva);
- » Vídeos explicativos sobre os temas abordados, depoimentos de empreendedores e documentários sobre o mundo dos negócios;
- » Podcasts sobre empreendedorismo e gestão para complementar o conteúdo das aulas.

Desafios

- » **Diversidade de conhecimentos prévios:** os alunos da EJA possuem diferentes níveis de escolaridade e experiências profissionais, o que pode exigir uma abordagem pedagógica mais individualizada;
- » **Falta de tempo:** muitos alunos da EJA conciliam os estudos com o trabalho e atividades familiares, o que pode dificultar a participação em atividades extracurriculares;
- » **Falta de recursos:** Às escolas da EJA podem ter recursos limitados, como materiais didáticos, tecnologia e espaços físicos adequados.
- » **Resistência à mudança:** alguns alunos podem apresentar resistência a novas ideias e métodos de ensino;

- » Dificuldade em compreender conceitos abstratos: aAlguns conceitos da administração podem ser complexos e exigir um esforço maior por parte dos alunos para serem compreendidos.

Potencialidades

- » **Motivação para aprender:** os alunos da EJA geralmente possuem uma grande motivação para aprender e se desenvolver profissionalmente;
- » **Experiência de vida:** a experiência de vida dos alunos da EJA pode enriquecer as discussões em sala de aula e trazer novas perspectivas para os temas abordados;
- » **Capacidade de adaptação:** os alunos da EJA costumam ser mais adaptáveis e resilientes, o que facilita o aprendizado em diferentes contextos;
- » **Fortalecimento da autoestima:** ao desenvolver novas habilidades e conhecimentos, os alunos da EJA podem aumentar sua autoestima e acreditar mais em seu potencial;
- » **Impacto social:** o desenvolvimento de habilidades empreendedoras pode gerar um impacto positivo na comunidade, promovendo o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda.

Considerações Finais

Espera-se que este plano de intervenção contribua de maneira significativa para o empoderamento dos alunos da EJA, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para transformar seus sonhos em realidade. Ao desenvolver habilidades de gestão empresarial, os participantes estarão mais preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, seja como empreendedores ou como colaboradores de empresas.

Acredita-se que este projeto terá um impacto positivo na vida dos alunos, não apenas no âmbito profissional, mas também pessoal. Ao desenvolverem uma mentalidade empreendedora, os participantes se tornarão mais proativos, criativos e confiantes em suas capacidades. Além disso, a criação de pequenos negócios pode gerar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias e comunidades.

Espera-se que este plano sirva de inspiração para outros educadores e que contribua para a construção de um futuro mais promissor para os alunos da EJA.

Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha. Educação de Jovens e Adultos: Contextos e Práticas Pedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 2021.

BOLTON, Barry. Gestão Financeira para Pequenos Negócios. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

DOLABELLA, Sergio. Empreendedorismo e Novas Oportunidades: Caminhos para o Sucesso. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FERRAZ, Adriana Soares. Gestão de Pequenas Empresas: Conceitos e Práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Ana Paula; CARVALHO, Maria Silvana. Marketing para Micro e Pequenas Empresas. São Paulo: Saraiva, 2018.

KIRZNER, Israel M. A Descoberta do Empreendedorismo: Teoria e Prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

LIMA, Lucas Rodrigues. Empreendedorismo e Inovação: Uma Visão Prática. 3. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2019.

MENDONÇA, Maria Clara. A Arte de Ensinar: Estratégias e Métodos para Educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 2022.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem Feita: Repensar a Reorganização do Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PEREIRA, Roberto. Planejamento e Controle Financeiro para Pequenas Empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SEBRAE. Empreendedorismo na Prática: Guia para Pequenos Negócios. Brasília: SEBRAE, 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 12 set. 2024.

SANTOS, Ana Souza; CARVALHO, Marcos Silva. Legislação Empresarial: Uma Abordagem Prática para Pequenas Empresas. Curitiba: Juruá, 2017.

OLHAR EMPREENDEDOR: TRANSFORMAÇÃO NA EJA

Iraê César Brandão¹²

Elida Maria Dias Pereira¹³

Fernanda de Paula Cardoso Duarte¹⁴

Introdução

Este estudo propõe um projeto de intervenção pedagógica para capacitar alunos da EJA em competências tecnológicas e profissionais essenciais ao mercado de trabalho. Diante da carência de recursos e desigualdades de acesso, a proposta busca soluções criativas para superar esses desafios, utilizando a Pedagogia de Projetos e maximizando os recursos disponíveis, como smartphones e internet escolar, entre outros.

Essa abordagem busca preparar todos os sujeitos para um aprendizado mais reflexivo e engajado, com isso, reconhecendo o impacto que cada um tem no mundo ao seu redor. Segundo Freire (1989, p. 11), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Essa abordagem é também prevista como alfabetização e o letramento digital¹⁵, uso e criação de tecnologias digitais em diversas práticas sociais, como destaca a competência geral 5 da BNCC:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018a).

Partimos do pressuposto de que os alunos devem sempre ser considerados nas políticas e reorientações curriculares¹⁶, garantindo que suas necessidades e perspectivas sejam integradas de forma crítica e consciente. O conceito em estudo destaca a importância de cultivar novas habilidades tanto nos alunos quanto dos educadores e

12 Graduado em Gestão de TI pela UNICSUL; MBA Executivo em Segurança Cibernética pela FI; Especialista em Linguagens e suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela UFPI; Especialista em Matemática e suas Tecnologias pela UFPI; Especialista em Uso Educacional da Internet - UEI pela UFLA; Empresário em Tecnologia e Segurança da Informação 2001-2024 e Professor na rede Estadual de Ensino - disciplina Tecnologia da Informação em Curso Técnico na EENSA.

13 Graduada em Licenciatura Plena em História pela UESPI; Especialista em Cultura, Identidade e Região- UEG; Especialista em Educação Digital- SENAI; Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela UFPI; Especialista em História do Brasil e do Mundo Contemporâneo pela UFPI; Especialista em Docência do Ensino Superior- FAMART e Professora de História da rede municipal de Barras- PI atuando em turmas da EJA.

14 Graduada em Pedagogia licenciatura plena - UNOPAR; concluinte em Especialização em Educação Especial pela PROMINAS e Professora na rede Estadual em ATB na Escola Estadual de Guaraciama/MG.

15 Letramento Digital - significa o domínio de técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias (WIKI, 2024a) .

16 Reorientações curriculares – são baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de Ensino, com equidade de aprendizagem e os conteúdos básicos são ensinados para todos os alunos, enquanto é considerado o contexto em que eles estão inseridos (BRASIL, 2000, 2013).

cidadãos. Enfatiza a necessidade de promover o questionamento, a melhoria contínua das práticas educacionais e a conscientização sobre o papel e a posição de cada um na sociedade.

Ao focar em empregabilidade, TDIC¹⁷, cidades inteligentes, empreendedorismo e ética na rede, a iniciativa prepara os alunos para o mercado de trabalho, promovendo protagonismo e colaboração no aprendizado (BRASIL, 2018b). A construção coletiva será incentivada, permitindo aos estudantes adquirirem habilidades práticas e soluções para desafios locais, promovendo inclusão digital e igualdade de oportunidades.

A falta de formação tecnológica e habilidades voltadas ao mercado de trabalho, somada ao acesso desigual a recursos digitais, representa um desafio significativo, pois essas barreiras podem limitar oportunidades. Contudo, ao superá-las, é possível transformar essa experiência em um diferencial competitivo, especialmente quando práticas pedagógicas inovadoras são adotadas, como o uso colaborativo de smartphones, internet escolar e medidas adaptativas para suprir a falta de acesso à tecnologia.

Este projeto busca integrar metodologias baseadas na andragogia e pedagogia, promovendo uma abordagem prática e inclusiva que valorize o protagonismo dos alunos e incentive o uso consciente e ético das tecnologias, facilitando o desenvolvimento de habilidades tanto intrínsecas quanto extrínsecas, conforme figura 1.

Figura 1. Andragogia e Pedagogia – Comparações



Fonte: Elaborado por Iraê C. Brandão

¹⁷ TDIC (ou TIC) – Tecnologia Digitais da Informação Comunicação - são quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias da informação que interferem e medeiam os processos informacionais e comunicativos dos seres (WIKI, 2024b).

O acesso limitado a recursos digitais e a formação tecnológica insuficiente podem ser vistos como oportunidades para aprimorar a formação dos alunos da EJA, aumentando suas chances de ampliar seus diferenciais competitivos. Embora a perspectiva andragógica muitas vezes seja criticada por se restringir a uma ideologia e não se concretizar como uma teoria prática de aprendizagem para adultos (DAY; BASKETT, 1982), este projeto visa reverter essa crítica.

Surge então o questionamento em resposta a essa questão, sua formulação destaca o objetivo de criar e aplicar intervenções específicas e práticas para resolver o problema das desigualdades tecnológicas, ao mesmo tempo que foca a preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Ela combina práticas pedagógicas e andragógicas para promover uma formação prática e colaborativa (KNOWLES, 1980), valorizando o protagonismo dos alunos e o uso consciente das tecnologias, de modo a ampliar seu acesso ao mercado de trabalho.

Justificativa

A escolha do tema surge da necessidade urgente de capacitar os alunos da EJA para um mundo cada vez mais digital. Em uma sociedade onde a tecnologia é central no mercado de trabalho, desenvolver habilidades tecnológicas é essencial para que esses estudantes marginalizados tenham melhores oportunidades e melhorem sua qualidade de vida (FREIRE, 1997, 1979). O domínio dessas ferramentas impacta tanto a vida profissional quanto o empoderamento pessoal e social dos alunos.

Este projeto é essencial para atender um público que enfrenta barreiras no acesso às tecnologias e na formação para usá-las eficazmente. Focando na inclusão digital e no desenvolvimento de competências empreendedoras, busca-se reduzir essas desigualdades com soluções práticas. A proposta valoriza o uso de recursos disponíveis, como smartphones dos estudantes e a internet escolar, maximizando suas potencialidades para o aprendizado

Borba e Aragão (2009) argumentam que o ambiente de aula deve ser um espaço de resignificação e reflexão contínua, onde o papel do professor vai além da simples transmissão de conhecimentos, promovendo um ambiente colaborativo e crítico.

Diante das demandas tecnológicas, é essencial que os professores estejam preparados para integrar essas ferramentas de forma eficaz. Junqueira (2018), ao discutir Dudeney, Hockly e Pegrum, destaca que, embora os alunos sejam “nativos digitais”¹⁸, suas habilidades tecnológicas nem sempre têm objetivos educacionais claros, tornando fundamental a mediação do professor para orientar o uso responsável das tecnologias (JUNQUEIRA, 2018 apud DUDENEY; HOCKLY; PEGRUM, 2016).

As reflexões de Morin (2008, p. 14), Moreira (1999, p. 87) e Candau (2013, p. 40) convergem na necessidade de uma educação que vá além das fronteiras disciplinares e culturais, preparando os alunos para a complexidade do mundo. Morin alerta sobre o perigo do conhecimento fragmentado; Moreira destaca o multiculturalismo na escola; e Candau defende reformas que formem sujeitos críticos e ativos, capazes de transformar a sociedade com justiça e solidariedade, integrando tecnologia e empreendedorismo

Freire afirma que o “círculo de cultura”¹⁹ promove um aprendizado ativo e igualitário, diferente das aulas tradicionais, tornando-o mais colaborativo e significativo (WIKI, 2023a). A intervenção pedagógica proposta enfrenta a falta de recursos ao adaptar o ensino à realidade dos alunos e incentivar o compartilhamento de conhecimentos. Apesar das limitações, o projeto fortalece a autoestima e o protagonismo dos educandos, preparando-os para os desafios de um mundo mais tecnológico e inclusivo (FREIRE, 2001, p. 68).

18 Nativos digitais - é um termo criado pelo norte-americano Marc Prensky, que representa uma pessoa que nasceu e cresceu com as tecnologias digitais presentes em sua vida, como videogames, Internet, telefone celular, MP3, iPod, etc (WIKI, 2022).

19 Círculo da cultura - refere-se às aulas em que o educador brasileiro Paulo Freire alfabetizava adultos, geralmente camponeses. Freire ministrou essas aulas na Década de 1960, antes do golpe militar, e mais tarde no Chile, onde se exilou (WIKI, 2023a).

Objetivo Geral

Potencializar o desenvolvimento de habilidades tecnológicas e competências empreendedoras nos alunos da EJA, através de uma abordagem colaborativa e inclusiva, para fortalecer seu protagonismo e prepará-los eficazmente para a inserção e sucesso no mercado de trabalho.

Objetivos Específicos

- » Capacitar os alunos para o uso de ferramentas tecnológicas, como smartphones, internet (web) e redes sociais, de maneira ética e profissional;
- » Promover o desenvolvimento de habilidades de comunicação e colaboração digital através de plataformas como WhatsApp para comunicação e compartilhamento (WHATSAPP, 2024) e o Facebook e Instagram para publicação e obtenção de feedback construtivo e participativo (META, 2024);
- » Incentivar o protagonismo dos alunos no uso de Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para a criação de murais físicos e virtuais sobre cidades inteligentes e empreendedorismo;
- » Oferecer suporte para que os alunos organizem e participem de reuniões online e presenciais, aprimorando sua capacidade de trabalhar em equipe e discutir soluções.

Metodologia

A metodologia aplicada será fundamentada na Pedagogia de Projetos²⁰, priorizando estratégias que incentivem o pensamento crítico, a produção de conhecimento e a elaboração de hipóteses sobre a realidade. Os alunos trabalharão em equipes, desenvolvendo atividades práticas e colaborativas com o uso de tecnologias acessíveis, como smartphones e a internet da escola. Esse formato busca integrar os alunos no processo de aprendizado, promovendo uma abordagem ativa e participativa.

Além disso, será oferecido um curso de informática com módulos focados em ferramentas de produtividade, redes sociais virtuais e recursos educacionais digitais. Os alunos serão estimulados a aplicar o que aprenderam na criação de conteúdos digitais e na construção de murais de sugestões e informações, tanto no espaço físico da escola quanto em plataformas virtuais, como Facebook e Instagram. Essa abordagem visa preparar os estudantes para os desafios da realidade digital e do mercado de trabalho.

Arroyo (2007) defende que o currículo deve ser humanístico e inclusivo, dialogando com as realidades dos estudantes. Ele alerta que a organização e a estrutura do

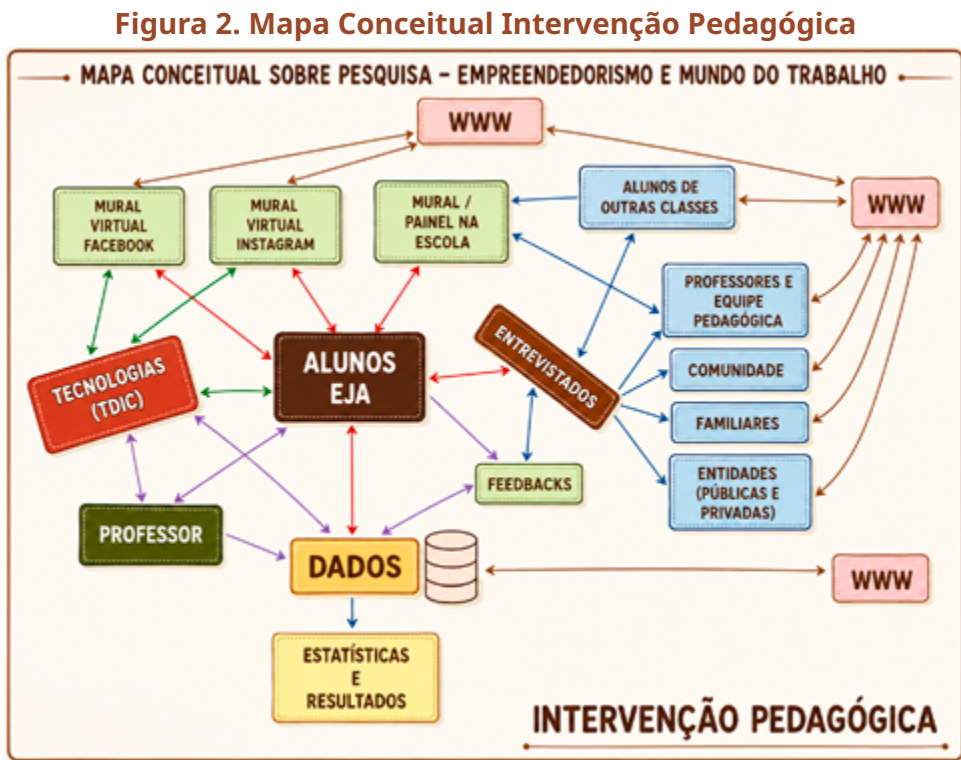
²⁰ Pedagogia de Projetos (do inglês Projects Pedagogy) – Sustentada pelo filósofo americano John Dewey, a pedagogia de projetos teve seus primeiros estudos entre o final do século XIX e início do século XX e defende que na escola a criança aprende a solucionar os desafios enfrentados no mundo real — e que são vivenciados especialmente durante a fase adulta sendo uma metodologia de ensino por meio da experiência, que propõe uma conexão entre o estudante e um projeto de pesquisa que desperte o interesse dele (DEWEY, 1987).

currículo são tão importantes quanto o conteúdo, pois moldam as identidades dos alunos e podem reforçar estereótipos se mal conduzidos (p. 22).

Durante a realização das dinâmicas, serão utilizadas ferramentas de produtividade, redes sociais virtuais e uso de recursos educacionais digitais. Os alunos também serão incentivados a construir murais de sugestões e informações, tanto no espaço físico da escola quanto em plataformas virtuais, como Facebook e uso do Instagram (plataformas interligadas).

Desenvolvimento

Objetivo: Implementar uma dinâmica educacional que utilize tecnologias e recursos disponíveis para promover o conhecimento e o empreendedorismo na comunidade, envolvendo alunos e professores em um processo colaborativo e participativo, conforme representação no mapa conceitual (figura 2) e no organograma de atividades (figura 3).



Fonte: Elaborado por Iraê C. Brandão

Figura 3. Organograma das Atividades da Intervenção Pedagógica (Tabela)

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PRINCIPAL	PAPEL
Construção de Redes Sociais Virtuais (RSV)	Equipe Pedagógica (Tecnologia e Comunicação)	Orientar os alunos na criação e gestão de RSVs, incluindo práticas seguras e éticas.
Mural Físico	Alunos	Coletar e exibir informações relevantes sobre o projetos e o progresso dos alunos.

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PRINCIPAL	PAPEL
Mural Virtual	Supoprtre Técnico e Alunos	Auxiliar na criação e manuten- ção do mural digital, garan- tindo sua acessibilidade.
Entrevistas	Alunos e Professores	Conduzir entrevistas com especialistas e comunidade, coletando dados para o projeto
Coleta de Dados	Comissão de Avaliação e Alunos	Organizar e sistematizar dados coletados durante o projeto, garantindo precisão
Conversão dos Feede- backs em Dados	Professores e Técnico de Informática	Analisar feedbacks obtidos durante as atividades e trans- formá-los em informações úteis
Aplicações Práticas	Alunos, Professores e Colabora- dores Externos	Implementar conhecimentos adquiridos em projetos prá- ticos, como a construção de cidades iteligentes simuladas
Aprendizados	Equipe Pedagógica	Refletir e consolidar os aprendizados adquiridos pelos alunos ao longo do projeto

Fonte: Elaborado por Iraê C. Brandão

Ações e estratégias: este plano visa integrar tecnologia e empreendedorismo no processo educativo, estimulando a participação ativa dos alunos e a colaboração com a comunidade e o engajamento, conforme ações a seguir:

- » **Recursos e informações:** o professor deve obter e disponibilizar recursos e informações sobre Objetos Educacionais Digitais - OEDs²¹, Recursos Educacionais Abertos - REA²² e especialmente Redes Sociais Virtuais RSV. Isso inclui treinamento em uso de plataformas digitais e ferramentas tecnológicas;
- » **Acesso tecnológico:** garantir acesso à internet nas instalações da escola, incluindo a melhoria da infraestrutura tecnológica. Estabelecer pontos de acesso e garantir que todas as áreas necessárias, como salas de aula e laboratórios de informática, estejam equipadas para suportar as atividades propostas;
- » **Murais expositivos e participativos:** construir murais expositivos nos corredores ou próximos às salas de aula com o tema “Conhecendo e empreendendo em nossa comunidade”;

21 OEDs (Objetos Educacionais Digitais) - são recursos digitais auxiliares no processo de ensino e aprendizagem tanto presencial quanto a distância, são definidos em vários tipos, entre eles: vídeos, animações, imagens, simulação, software educacional, hipertexto, jogos, infográficos, páginas da web destinadas ao processo de ensino e aprendizagem ((ALCANTARA, 2018).

22 REA (Recursos Educacionais Abertos) - Recursos educacionais abertos são materiais, digitais ou não, disponíveis para reter, reutilizar, remixar, reformular e recompartilhar. Estão licenciados de maneira aberta (ALCANTARA, 2018).

- » Paineis ou murais de sugestões participativo (figura 4). Estes murais permitirão que alunos e membros da comunidade contribuam com ideias e sugestões sobre empreendedorismo local;

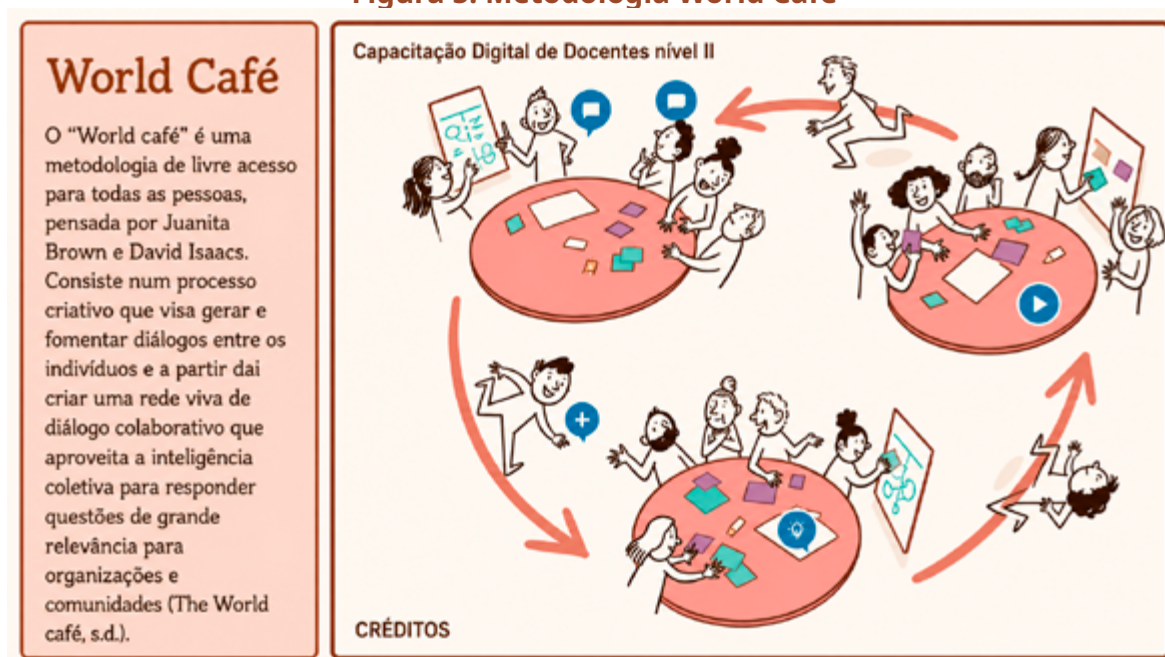
Figura 4. Exemplo de Mural ou Paineis Colaborativo



Fonte: Adaptado de RBAC (2022) – Aprendizagem Criativa

- » **Dinâmicas de grupo:** utilizar salas de aula, laboratórios de informática e áreas abertas para realizar dinâmicas de grupo, como uma “Metodologia World Café”²³ (WIKI, 2023b), onde os alunos poderão discutir e desenvolver ideias sobre cidades inteligentes e empreendedorismo (figura 5);

Figura 5. Metodologia World Café



Fonte: Adaptado de GENIALLY (2021)

²³ World Café (tradução para o Português - café mundial) - é um processo de conversação estruturado para compartilhamento de conhecimento no qual grupos de pessoas discutem um tópico em várias mesas pequenas como as de um café (WIKI, 2023b).

- » **Formulário de pesquisa:** elaborar um formulário de pesquisa junto com os alunos para coletar dados em órgãos relevantes da comunidade, como sindicatos, prefeitura, empresas e comércio. Esta pesquisa ajudará a entender as necessidades e oportunidades da comunidade.
- » **Acessibilidade e protagonismo dos alunos:** incentivar a criação dos murais pelos alunos e a gestão de um Facebook da turma para compartilhar os resultados e interagir com a comunidade escolar e local. Isso promoverá a participação ativa e o protagonismo dos alunos.

Papéis dos envolvidos: Papel do professor: o professor atuará como mediador e facilitador, ajudando os alunos a utilizarem as tecnologias, promovendo debates sobre ética digital e empreendedorismo, e apoiando o desenvolvimento das competências empreendedoras.

Papel dos alunos: os alunos serão protagonistas, organizando-se em equipes para explorar ferramentas tecnológicas, criar murais, participar de debates e desenvolver soluções para desafios comunitários. Eles compartilharão conhecimentos e respeitarão as diretrizes éticas na utilização dos recursos digitais.

Recursos Didáticos Necessários

- » Smartphones dos alunos;
- » Computadores da escola (quando disponíveis);
- » Pontos de acesso de Internet da escola;
- » Aplicativos de redes sociais (WhatsApp, Facebook);
- » Murais físicos (painéis fixos) e virtuais (Facebook);
- » TV e projetor (se disponível).

Desafios e Potencialidades

Para enfrentar os desafios e explorar as potencialidades, é essencial considerar a carência de recursos tecnológicos e a diversidade no conhecimento dos alunos. No entanto, tecnologias como smartphones podem ser usadas criativamente para fomentar a colaboração. O enfoque em cidades inteligentes e empreendedorismo enriquece o aprendizado ao conectar o conteúdo com a realidade dos alunos. A seguir, apresentamos fatores e reflexões para a elaboração de uma intervenção pedagógica.

Os desafios

- » A falta de recursos tecnológicos suficientes para todos os alunos poderá limitar o acesso individual às atividades;
- » A familiaridade variada dos alunos com o uso de tecnologias pode criar desafios na execução do curso de informática;
- » A escassez de equipamentos e infraestrutura tecnológica na escola poderá demandar soluções criativas para garantir o acesso equitativo.

As potencialidades

- » O uso das tecnologias disponíveis, como smartphones, pode ser potencializado através da divisão igualitária de tarefas e recursos e formação de equipes;
- » O projeto promove uma cultura de compartilhamento e protagonismo, estimulando o desenvolvimento de competências colaborativas e empreendedoras;
- » O enfoque em cidades inteligentes e empreendedorismo oferece uma oportunidade única de relacionar o aprendizado com a realidade dos alunos e o contexto social atual.

Considerações Finais

Espera-se que este projeto capacite os alunos da EJA, desenvolvendo habilidades digitais e empreendedoras e promovendo seu protagonismo educacional e profissional. Através de uma abordagem colaborativa, o projeto enfrenta barreiras tecnológicas, promovendo inclusão no mercado de trabalho. Ao adotar práticas pedagógicas e andragógicas, busca-se criar um ambiente de aprendizado dinâmico e participativo, além de abrir possibilidades para novas pesquisas e orientar outros educadores em métodos inovadores.

A reinvenção dos espaços, a adequação e reutilização de recursos pedagógicos, junto com parcerias estratégicas, são fundamentais para atender às demandas e necessidades da EJA. A colaboração entre alunos, professores, equipe pedagógica e a comunidade torna possível superar desafios e promover uma educação de qualidade e equitativa. Com o engajamento de todos, o ambiente escolar se transforma em um espaço inclusivo, capaz de proporcionar um aprendizado significativo e adaptado à realidade de cada sujeito.

A situação problema abordada foi respondida ao longo do trabalho, demonstrando que, com as ferramentas digitais adequadas e a preparação correta, os alunos da EJA têm grande potencial para enfrentar o mercado de trabalho. Uma questão relevante para futuras pesquisas é: “como podemos aprimorar continuamente as práticas pedagógicas para garantir que as habilidades digitais e empreendedoras dos alunos sejam constantemente atualizadas e alinhadas com as necessidades emergentes do mercado de trabalho?”.

Referências Bibliográficas

ALCANTARA, F. S. de P.; SILVA, K. H. dos R. Z. S. da (2018). **Objetos Educacionais Digitais e Recursos Educacionais Abertos: Um Estudo Teórico Sobre o Novo Leitor.** [online], Vol. 6, n. 11, Curitiba: Revista Versalete, 2018, 17 p. ISSN: 2318-1028. Disponível em: <<http://www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol06-11/3.PAULA.%20Fabiana.%20HUF.%20Karina.%20Objetos%20Educacionais.pdf>>. Acesso em: 21 set.2024.

ARROYO, M. G. (2007). **Indagações sobre o currículo: educandos e educadores – seus direitos e o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007, 52 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2024.

BARROS, R. (2018). **Revisitando Knowles e Freire: Andragogia x pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica**. v. 44, e173244, São Paulo: Educ. Pesquisa, 2018, 19 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844173244>>. Acesso em: 06 set. 2024.

BRASIL (2000). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio): Parte I - Bases legais**. Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 2000.

_____. (2013). Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Ministério da Educação, Brasil: MEC, 2013, 482 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

_____. (2018a). Base Nacional Comum Curricular. **Caderno de práticas: aprofundamentos**. Ministério da Educação, Brasil: MEC, 2018, [n.p.]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/>. Acesso em: 07 set. 2024.

_____. (2018b). Base Nacional Comum Curricular. **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades**. Ministério da Educação, Brasil: MEC, 2018, [n.p.]. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades#:~:text=contexto%20escolar%3A%20possibilidades-,Tecnologias%20Digitais%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20no%20contexto%20escolar%3A%20possibilidades,se%20relacionar%20e%20de%20aprender>>. Acesso em: 07 set. 2024.

BORBA, M. dos S.; ARAGÃO, R. C. (2009). **Multiletramento e os novos desafios na formação do professor de inglês**. In: Anais do I Cong. Nacional de Linguagens e Representações: Linguagens e Leituras. Ilhéus: UESC, 2009, 10 p. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/iconlireanais/iconlire_anais/anais-33.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

CANDAU, V. M. (2013). **Reformas Educacionais Hoje na América Latina**. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.). Currículo: políticas e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2013, p. p. 29-42. in: Magistério: Formação e trabalho pedagógico.

DAVENPORT, J. (1993) **Is there any way out of the andragogy morass?** In: THORPE, Mary; EDWARDS, Richard; HANSON, Ann (Ed.). *Culture and processes of adult learning*. London: Routledge; The Open University, 1993. p. 109-117, p. 110.

DAY, Christopher; BASKETT, H. K. (1982). **Discrepancies between intentions and practice: re-examining some basic assumptions about adult and continuing professional education**. *International Journal of Lifelong Education*, n. 1, p. 143-145, 1982.

DEWEY, John (1987). **Art as Experience**. *The Later Works of John Dewey, 1925- 1953*. Volume 10: 1934, Edited by Jo Ann Boydston Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press. New York: Perigee Books, 1987. Disponível em: <[https://www.uio.no/studier/emner/uv/uv/UV9406/dewey-john-\(1987\).-art-as-experience.pdf](https://www.uio.no/studier/emner/uv/uv/UV9406/dewey-john-(1987).-art-as-experience.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2024.

FREIRE, Paulo (1979). **Educação e Mudança**. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____; NOGUEIRA, A. (1989). **Que fazer: teoria prática em educação popular**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. 68 p. Disponível em: <<http://bds.unb.br/handle/123456789/599>>. Acesso em: set. 2024.

_____; (1997). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. (Coleção Leitura), ISBN: 85-219-0243-3, São Paulo: Paz e Terra., 1997. Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2024.

_____. (2001). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p.68.

JUNQUEIRA, T. L. (2018). **DUDENEY, G.; HOCKLY, N.; PEGRUM, M. Letramentos digitais**. MARCIONILO, M. (Trad.). São Paulo: Parábola Editorial, 2016. Discursos Contemporâneos em Estudo, 3(1), 197-203. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/discursos.v3i1.2018/8649>>. Acesso em: 06 set. 2024.

KNOWLES, M, S. (1980). **The modern practice of adult education: from pedagogy to andragogy**. Cambridge: Adult Education, 1980, p. 40-42.

META (2024). **Vincular Facebook e Instagram**. [online], [s.l.]: Meta, [n.p.]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/business/help/414486845999907?id=332010350818053>>. Acesso em: 06 set. 2024.

MOREIRA, A. F. B. (Org.) (1999). **Currículo: Políticas e práticas**. In: Magistério: Formação e trabalho pedagógico, 10ª ed., Campinas, SP: Papirus Editora, 1999, 192 p. ISB: 8530805437, 9788530805432.

MORIN, E. (2008). **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar p pensamento**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WHATSAPP (2024). **Como usar o WhatsApp Messenger**. [online], [s.l.]: WhatsApp LLC , 2024, [n.p.]. Disponível em: <https://www.whatsapp.com/coronavirus/get-started?lang=pt_BR>. Acesso em: 05 set. 2024.

WIKI (2022). **Nativo digital**. [online] Enciclopédia Livre, [s.l.]: Wikipédia, 2022, [n.p.]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nativo_digital>. Acesso em: 08 set. 2024.

_____ (2023a). **Círculo de cultura**. [online] Enciclopédia Livre, [s.l.]: Wikipédia, 2023, [n.p.]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%ADrculo_de_cultura>. Acesso em: 06 set. 2024.

_____ (2023b). **World café (conversation)**. [online] Enciclopédia Livre, [s.l.]: Wikipédia, 2023, [n.p.]. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/World_café_\(conversation\)](https://en.wikipedia.org/wiki/World_café_(conversation))>. Acesso em: 06 set. 2024.

_____ (2024a). **Letramento digital**. [online] Enciclopédia Livre, [s.l.]: Wikipédia, 2024, [n.p.]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Letramento_digital>. Acesso em: 07 set. 2024.

_____ (2024b). **Tecnologias da informação e comunicação**. [online] Enciclopédia Livre, [s.l.]: Wikipédia, 2024, [n.p.]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnologias_da_informação_e_comunicação>. Acesso em: 07 set. 2024.

Créditos de Imagens

RBAC (2021). **Mural ou Painel Colaborativo**. [online] Copyright© por Tatá Eastwood (Atividade cadastrada sob licença tipo CC BY-AS), [s.l.]: Fund. Lemann, 2021, [n.p.]. Disponível em: <<https://aprendizagemcriativa.org/atividade/minha-escola-criativa-oficina-de-introducao-aprendizagem-criativa-e-introducao-ao-0>>. Acesso em: 07 set. 2024.

GENIALLY (2021). **Metodologia World Café**. [online], [s.l.]: Genially, 2021, [n.p.]. Disponível em: <<https://view.genially.com/651c3b6c8da7880011343199/interactive-image-metodologia-world-cafe>>. Acesso em: 07 set. 2024.

PAPO DE CRIA: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UM ENGAJAMENTO SOCIAL

Orumar Candido da Silva²⁴

Regiane Dias Cardoso²⁵

Simone Kelly de Jesus Cruz²⁶

Introdução

Apresenta-se de suma importância, agenciar, na formação do aluno, pareceres indispensáveis para construção integral do sujeito atuante na sociedade. De fato, sujeitos periféricos, por uma construção histórica segregadora, não se enxergam potentes em determinadas profissões; tampouco possuem conhecimento das possibilidades por conta de um recorte social que posiciona esses sujeitos à margem da sociedade em trabalhos subalternizados. Diante do desejo que potencializa a construção de saberes eruditos para uma formação técnica, sujeitos frente às situações trazidas não compreendem a problemática, tampouco reconhecem sua função social potencializadora nesse tecido social.

Dentro dessa perspectiva, a presente intervenção promoverá um atravessamento entre as narrativas trazidas de jovens periféricos e uma pauta acolhedora de trocas necessárias entre escola, família e sociedade. Como diria Freire (2019), cabe à escola, o papel de promover ao aluno a associação íntima entre os saberes curriculares e a experiência social que trazem como sujeitos. Nesse sentido, a formação e o acolhimento desses sujeitos aprimoram não somente o seu desenvolvimento enquanto cidadãos críticos e atuantes na sociedade, mas corroboram, também, para o desenvolver didático do educador, que compreenderá, de forma efetiva, a importância do seu ensinar, de didáticas múltiplas e da busca por uma educação continuada que contemple não só a sua jornada, mas, sobretudo, a de seus pares e educandos, significando a identidade do seu corpo em profissões de prestígio social.

24 Pedagogo e Gestor de Recursos Humanos, pós-graduando em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino (IFRR), Mestrando em Educação (UFRJ). Atua como Coordenador de equipe na Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em paralelo, como Educador Popular e Coordenador Pedagógico no Pré-vestibular Social NICA.

25 Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Pós-Graduada em Gestão Pública Municipal - UNEB; Pós-Graduada em Práticas Docentes Interdisciplinares- UNEB; Pós-Graduada em Gestão Escolar- UFBA; Membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade- GEPEMDECC.

26 3 Mestra em Ciências e Sustentabilidade pela UFSB. Graduada em Matemática pela UNEB. Pós- Graduada em Gestão Ambiental pela Unicesumar. Cursando Licenciatura em Pedagogia pela UESB. Trabalha na empresa Renova Energia há 12 anos na área de controle e monitoramento ambiental.

Dessa forma, à luz da problemática apresentada, essa proposta de intervenção busca despertar no aprendente, o senso de criticidade, autonomia e construção de uma trajetória de valores pluralizados para uma vivência social que projeta, no sujeito, o protagonismo de suas escolhas de modo emancipatório. Nessas condições, o estudo e a análise desse trabalho compreendem o esperar dos espaços pedagógicos e o preencher das lacunas sociais por meio de experimentações educativas que emancipem os sujeitos, de modo a democratizar o ensino, fazendo-os enxergar-se como protagonistas das decisões sociais, frente às múltiplas questões sensíveis a um projeto de construção educacional democrática e potencializadora para o sujeito periférico e marginalizado.

Justificativa

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo educacional que se propõe a atender às demandas específicas de um público que, por diversos motivos, não teve acesso à educação formal em idade apropriada. Nesse contexto, a proposta de um plano de intervenção pedagógica utilizando a roda de conversa se justifica por diversas razões:

- » **Valorização da experiência dos alunos:** a roda de conversa permite que os alunos compartilhem suas experiências de vida, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa. A troca de saberes enriquece o ambiente educativo, trazendo para o espaço escolar as realidades e vivências dos alunos.
- » **Desenvolvimento de habilidades sociais:** esse formato de diálogo estimula a escuta ativa, o respeito à fala do outro e a construção de argumentos. Essas habilidades são essenciais não só para o ambiente escolar, mas também para a vida em sociedade.
- » **Promoção da autonomia:** a roda de conversa oferece aos alunos a oportunidade de se posicionarem, expressarem suas opiniões e sentimentos, o que é fundamental para o desenvolvimento da autonomia e da confiança em si mesmos.
- » **Abordagem interdisciplinar:** é possível elencar temas de diversas disciplinas de forma integrada, permitindo que os alunos vejam as conexões entre os conteúdos e a realidade que os cerca, facilitando a compreensão e a aplicação do conhecimento.
- » **Criação de um ambiente inclusivo:** essas reuniões promovem um espaço de diálogo e de construção coletiva, o que fortalece o sentido de pertencimento e comunidade, fundamentais para a EJA, onde muitos alunos podem se sentir deslocados na escola.
- » **Identificação de necessidades e de interesses:** as rodas de conversa possibilitam que o educador conheça melhor as necessidades, interesses e expectativas dos alunos, fundamentando assim a elaboração de um currículo que atenda às suas demandas e que seja relevante para suas vidas.
- » **Fomento à reflexão crítica:** esse método educacional estimula a reflexão crítica sobre temas relevantes da sociedade e da vida cotidiana, contribuindo para formar cidadãos mais conscientes e engajados.
- » **Flexibilidade e adaptação:** a roda de conversa é uma estratégia flexível que pode ser adaptada a diferentes contextos e temas, tornando-se uma ferramenta valiosa para abordar questões que emergem no dia a dia da turma.

Diante disso, o planejamento de intervenção pedagógica mediante roda de conversa se revela uma estratégia eficaz e necessária no contexto da EJA, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, favorecendo uma educação mais justa e igualitária.

Essa proposta visa proporcionar ao aluno experiências significativas acerca da escolha da sua futura profissão, compreendendo a consciência de descobrir vocações, além de aperfeiçoar seu currículo profissional, conhecer oportunidades de qualificação para crescer na profissão, privilegiando a ampliação de oportunidades.

Objetivo Geral

Propiciar a orientação vocacional aos alunos, assim como o conhecimento das diferentes profissões que sujeitos com vivências como a deles escolheram, do campo de atuação e da consciência crítica sobre o impacto dos estudos para o sujeito periférico.

Objetivos Específicos

- » Reconhecer as diferentes áreas de atuação das profissões;
- » Familiarizar-se com a dinâmica de aplicação dos vestibulares;
- » Incentivar a continuidade aos estudos;
- » Desenvolver um relacionamento integrador com a comunidade universitária, com a sociedade, aproveitando as múltiplas atividades acadêmicas, culturais e sociais.

Metodologia

As rodas de conversa são uma estratégia muito utilizada na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no intuito de promover a troca e o compartilhamento de aprendizagem. Para que haja uma boa condução na realização da roda de conversa, é importante seguir alguns passos: explicar o tema de forma didática e instigante; lançar perguntas para que os alunos possam debater. Os alunos podem contar as suas impressões, avaliar o desempenho e ouvir a opinião do professor.

Para essa atividade, o momento inicial será uma roda de conversa direcionada, em que cada convidado deverá apresentar a sua trajetória acadêmica em slides aos espectadores presentes, desde a sua educação básica ao ensino superior e a presente atuação, evidenciando os principais atravessamentos durante a sua trajetória.

Assim, as rodas de conversa devem ocorrer semanalmente, com duração de uma a duas horas. O ambiente deve ser acolhedor e propício à troca, preferencialmente em uma sala com disposição em círculo para facilitar a comunicação.

Esse momento é muito importante na formação dos sujeitos da EJA, pois, ao estarem dispostos em círculos, é possível que todos se olhem, técnica também necessária para trabalhar com a interação, pois cada aluno vai participando do diálogo de forma livre, ouvindo os colegas e interagindo espontaneamente, tornando o ambiente de aprendizagem mais dinâmico e significativo.

Desenvolvimento

Abertura

- » **Introdução do professor:** o professor deve se apresentar, explicando o objetivo da atividade e reforçando a importância do respeito e da escuta ativa. Criar um “clima de confiança” é essencial.
- » **Regras de convivência:** estabelecer normas como: escutar sem interromper, falar de forma respeitosa, não criticar opiniões alheias, e usar um objeto (por exemplo, um formatador) para sinalizar quem está falando.

Condução da discussão

Papel do professor

- » Facilitar a conversa, fazendo perguntas abertas que incentivem a reflexão;
- » Instigar os alunos a aprofundar suas respostas, buscar conexões entre as falas e trazer novos ângulos para a discussão;
- » Intervir para garantir que todos tenham a oportunidade de falar e que a conversa não desvie muito do tema proposto.

Papel do aluno

- » Participar ativamente, respeitando as regras de convivência e as falas dos colegas;
- » Compartilhar experiências pessoais relacionadas ao tema;
- » Ouvir e refletir sobre a fala dos outros, interagindo de forma respeitosa;
- » Registro das contribuições.

Durante a conversa, o professor deverá anotar pontos importantes no quadro, destacando reflexões, ideias e sentimentos compartilhados. Isso ajuda a construir um material que pode ser revisitado posteriormente.

Encerramento

O professor deve concluir a roda, pedindo que cada aluno compartilhe uma frase ou ideia que ficou marcada para eles durante a conversa. Isso reforça a aprendizagem e permite que cada um se sinta valorizado.

Agradecer a participação de todos e esclarecer que esse tipo de atividade será uma prática constante na sala.

Recursos Didáticos Necessários

- » Livros;
- » Papel;
- » Canetas coloridas;
- » TV;
- » Datashow;
- » Computador.

Desafios e Potencialidades

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma oportunidade vital para a reintegração e o desenvolvimento socioeducacional de indivíduos que, por diversas razões, não puderam concluir a educação básica na idade apropriada. Um dos recursos pedagógicos que vem ganhando destaque nessa modalidade é a roda de conversa, uma estratégia que, quando bem aplicada, pode contribuir para o engajamento, o avanço da aprendizagem e a construção de um ambiente educacional colaborativo. Contudo, sua implementação não está isenta de desafios.

Desafios na EJA: Diversidade de experiências e conhecimentos, falta de tempo, resistência a novas abordagens, formação dos educadores.

Potencialidades da roda de conversa na EJA: Valorização da experiência de vida, desenvolvimento da autoconfiança, estímulo à escuta ativa, integração da teoria com a prática.

O plano de intervenção pedagógica na EJA, ao incorporar a roda de conversa como uma das metodologias, deve estar atento aos desafios que podem surgir. Superá-los exige criatividade, empatia e flexibilidade por parte dos educadores. Contudo, as potencialidades dessa prática geram um campo fértil para o aprendizado, promovendo um espaço de diálogo, respeito e construção coletiva. A EJA, ao valorizar as experiências dos alunos, não apenas cruza fronteiras educacionais, mas também acolhe e transforma vidas, reafirmando o papel fundamental da educação na construção de um futuro mais justo e equitativo.

Considerações Finais

A implementação de uma Roda de Conversa no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma estratégia pedagógica que visa promover a interação, a troca de experiências e a construção coletiva de conhecimento. Ao longo desse plano de intervenção, fica evidente a importância de criar um espaço acolhedor e democrático, onde os educandos se sintam valorizados e motivados a expressar suas ideias e vivências.

As rodas de conversa favorecem o diálogo entre os participantes, estimulando a escuta ativa e o respeito às diversas opiniões. Esse ambiente de troca não apenas enriquece o aprendizado, mas também contribui para o fortalecimento de laços entre os alunos, promovendo a construção de uma comunidade mais integrada. Além disso, ao abordar temas pertinentes à realidade dos educandos, é possível articular o conteúdo curricular com suas vivências, tornando o aprendizado mais significativo e aplicável.

É fundamental ressaltar que, para o sucesso dessa intervenção, é necessário que os educadores atuem como facilitadores, mediando as discussões e garantindo que todos tenham voz. A formação continuada dos professores é crucial para que eles se sintam preparados para conduzir essas rodas de conversa de maneira efetiva, abordando temas sensíveis e respeitando as diversidades presentes no grupo.

Por fim, a roda de conversa na EJA não deve ser vista como uma atividade isolada, mas sim como parte de um processo contínuo de formação e desenvolvimento. É essencial que se realize um acompanhamento sistemático das discussões, proporcionando devolutivas que possam conduzir as novas reflexões e aprendizagens. A avaliação das rodas de conversa deve incluir a percepção dos educandos, de modo a ajustar as práticas pedagógicas às necessidades e interesses do grupo, sempre buscando promover um aprendizado que seja crítico, significativo e emancipador.

Em suma, a roda de conversa se revela como uma poderosa ferramenta pedagógica que, se bem aplicada, pode transformar a experiência da EJA, contribuindo para a formação integral dos educandos e para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, participativo e respeitoso.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Ano da publicação original: 1996.

NA ÚLTIMA *Tentativa*

Educar jovens e adultos que tiveram suas trajetórias atravessadas pela interrupção do fluxo escolar, em um momento histórico marcado pelo excesso de informações instantâneas, no qual o conhecimento é mediado por tecnologias que prometem pensar e analisar o mundo em lugar dos sujeitos, constitui um grande desafio. Nesse sentido, a arte, a cultura, a literatura e a estética são dimensões indissociáveis da educação e, quando articuladas, podem inspirar, no contexto das escolas brasileiras, metodologias rebeldes, capazes de deslocar o estudante do papel coadjuvante que usualmente ocupa para a condição de protagonista. Os esforços de cada autor na escrita dos planos de intervenção pedagógica, presentes nesta obra, traduzem o compromisso de quem acredita em uma educação inquietante e transformadora.



QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA DO IFNMG?

Fique por dentro de nossos títulos, autores e lançamentos.

A Editora do IFNMG está presente em:

<https://editora.ifnmg.edu.br/>

Apoio:



cedaps

Centro de
Promoção da Saúde



Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora do IFNMG

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora do IFNMG

Tel.: (38) 3218-7326 – E-mail: editora@ifnmg.edu.br

Conheça o IFNMG: <https://www.ifnmg.edu.br/>